

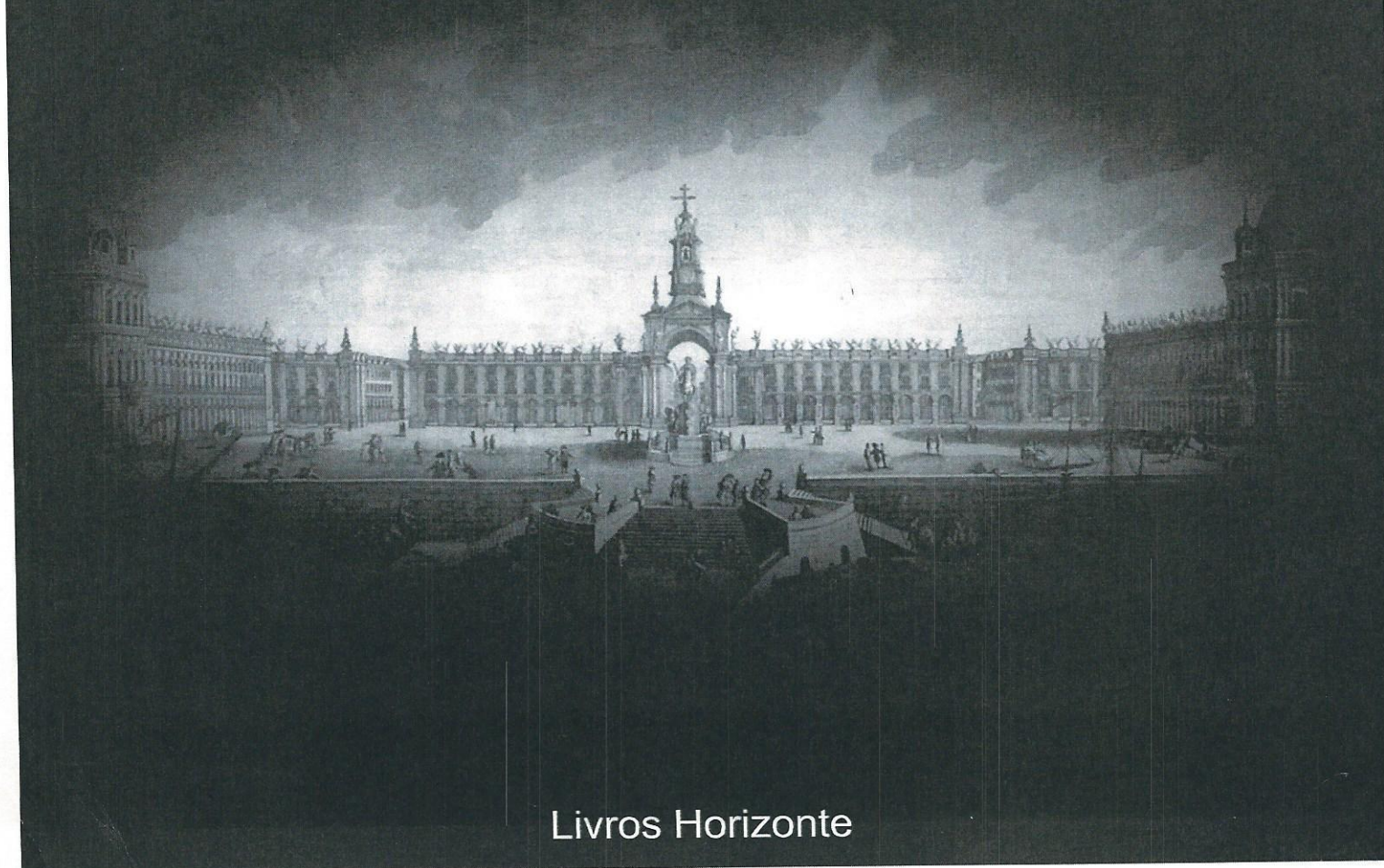
Praças Reais



PASSADO, PRESENTE E FUTURO

COORDENAÇÃO

Miguel Figueira de Faria



Livros Horizonte

A PRAÇA REAL DO TEJO¹

Miguel Figueira de Faria *

A Praça do Comércio de Lisboa representa consensualmente um dos argumentos mais sólidos dos defensores do processo de internacionalização da *place royal*².

Apesar da «obsessão arqueológica»³, precocemente detectada⁴, através da inclusão de elementos preexistentes na tradição portuguesa, das arcadas aos torreões, a fórmula encontrada recolhe o essencial das características do modelo francês.

Importa salientar que os protótipos fundadores do tempo de Luís XIV, e continuados no reinado seguinte de Luís XV⁵, acabaram sentenciados pela queda do Antigo Regime, sendo as estátuas dos soberanos destruídas por decreto revolucionário⁶ [Fig. 1], numa vaga iconoclasta conhecida e criticada em Portugal⁷. Inútil parece repetir que a existência dos monumentos reais era condição necessária para o preenchimento do arquétipo e que a sua desapareição, ou instalação *a posteriori*, destrói na essência o respectivo padrão caracterizador. Neste aspecto a praça de Lisboa, talvez apenas a par da Amalienborg de Copenhaga, seja um dos raros testemunhos que preserva materialmente os valores estéticos e ideológicos do modelo⁸.

Façamos, à partida, um breve inventário das questões estruturantes que julgamos importante equacionar. Em primeiro lugar concentramo-nos no processo de fixação da toponímia, um assunto simples na aparência, mas que se torna complexo à medida que relacionamos a evolução da expressão eleita com a realidade subjacente.

Real ou comercial⁹? A questão formulada por Daniel Rabreau, a partir da consistente leitura sociológica defendida por José-Augusto França, lançava um debate ainda hoje em aberto. Mais do que a mera questão toponímica o que está em causa é a aferição da influência das diversas forças sociais em presença sobre o que deveria ser o novo espaço e o modo como essa leitura se reflectiu nas variantes de baptismo da praça. Este ponto do nosso inquérito servirá de portal aos seguintes, procurando estabelecer a identidade do projecto inicial e respectiva evolução entre Pombal e a Regência do príncipe D. João, opção cronológica fixada para o presente trabalho.

Neste contexto, um segundo núcleo de análise centrar-se-á sobre o programa monumental planeado e suas diferentes velocidades de execução, ou de rejeição, oscilações importantes para compreender a concepção mutante que nalguns aspectos a praça viveu desde os seus projectos primitivos.

* Universidade Autónoma de Lisboa.

Em terceiro lugar iniciaremos o levantamento da ocupação efectiva da praça procurando esclarecer as suas características funcionais. Esta preocupação subdivide-se em dois diferentes planos – que na sua interacção constituem um terceiro – respectivamente o das utilizações da moldura construída e da esplanada da praça. Sustentaremos o nosso inquérito numa revisão das fontes gráficas e literárias de modo a melhor compreender a forma como a praça foi oferecida e recebida na época em estudo.

Finalmente, e sem querer antecipar conclusões em desenvolvimento na linha de investigação em progresso¹⁰, faremos uma síntese sobre a inserção da praça no contexto da nova urbanização pombalina, escrutinando o modelo adoptado de modo a responder a uma questão central compreendida nos objectivos do presente colóquio. À luz da ideia da internacionalização do modelo da *place royal*, como integrar o protótipo de Lisboa nessa *família* face à desagregação do conceito em vários subtipos¹¹, oscilando entre a matriz da *place-écran*, espaço fechado de consagração do poder monárquico corporizado no monumento real, às outras variantes de *praça aberta* e propulsora do metabolismo urbano?

A estruturação da informação recolhida permitiu-nos, porém, abrir o espectro dos nossos interesses, sem fugir ao objecto central do nosso estudo, impondo outras questões clarificadoras. Foi a Praça do Comércio um espaço privilegiado de propaganda régia? De consagração de uma elite comercial? De que forma se conjugaram – e se exprimiram – os três poderes reunidos na reconstrução da cidade: Estado, Senado e Comércio?

Procuraremos as respostas adequadas evitando deslizar para a obsessão tipológica e, sobretudo, orientados ao aprofundamento da compreensão das influências múltiplas que determinaram a sua concepção e vivência.

MANUEL DA MAIA E A PRAÇA COMERCIAL

Manuel da Maia, nas suas *Dissertações* relativas à reconstrução da cidade, segue a tradição portuguesa¹², não condicionando ao modelo francês a solução para o novo Terreiro do Paço. As suas alusões a outras experiências internacionais não se detêm no aspecto específico da praça, como seria de esperar, mas a planos de urbanização de grande escala, sendo apenas apontados como exemplos Londres e Turim. A influência de Maia pesou na regularização do desenho da praça¹³ e na respectiva inserção na nova urbanização, definindo o modelo de acessibilidade. Ao nível funcional as suas propostas foram seguidas, pelo menos, em três aspectos fundamentais: a exclusão do palácio real, a inserção da bolsa e da alfândega e a instalação de edifícios destinados à administração pública, nomeadamente os tribunais. A nobilitação do espaço através de programas arquitectónicos ou monumentais que o distinguissem no contexto da nova cidade, primam pela discrição. Defende, no primeiro caso, a utilização de arcadas que considera «de bom uso e bom adorno». Anexa, por outro lado, um projecto de Eugénio dos Santos de «edifício mais nobre para o terreiro do Paço»¹⁴, no conjunto de documentação que acompanha a terceira parte da *Dissertação*. O segundo aspecto é quase ignorado propondo, apenas, a existência optativa de uma fonte, equipamento de que sublinha a tripla utilidade: «o alimento dos povos», «a extinção dos incêndios» e, finalmente, «o adorno das praças». Esta concessão a uma certa monumentalidade não constituía, porém, prerrogativa da praça do Tejo, sendo elemento comum a outros espaços citados na sua *Dissertação*¹⁵ e neste contexto não qualificava uma excepção, mas um elemento

comum centrado numa função efectiva – a do abastecimento de água à cidade – bem enquadrada na obra joanina anterior¹⁶.

Definitivamente, nos documentos que são apresentados como matrizes essenciais da sua intervenção no processo, o engenheiro-mor em nenhum momento prevê ou propõe um programa monumental centrado no monarca, aspecto determinante na fixação do modelo da *place royal*. Nem estátua nem arco. O projecto apresentado por Maia não está, deste modo, comprometido com o arquétipo, sendo na sua essência formal e funcional um verdadeiro centro administrativo e comercial, pautado pela Bolsa, Alfândega, Tribunais e outros edifícios públicos. Ainda que se proponha uma discreta distinção (optativa?) na programação arquitectónica, a oferta de um espaço de propaganda do regime não é prioridade. Maia parece querer arrastar essa função de aparato para a zona onde seria construído o novo Palácio Real, área considerada pelo engenheiro-mor como «cabeça de Corte», e que previa desde logo a instalação do Real Arquivo e de uma Biblioteca Pública¹⁷ apontando-se, a propósito, o exemplo do Vaticano.

Em coerência a solução apresentada seria a verdadeira *praça comercial*, expurgada de indicativos monárquicos, nem palácio, nem monumento régio e onde a toponímia equacionada assentaria sem rodeios.

Como muito bem viu José-Augusto França, a designação prevista para o novo complexo edificado, que deveria albergar a Bolsa do Comércio da cidade, ou na linguagem da época a «praça do comércio», estender-se-ia, «por deslize semântico», à globalidade do novo espaço. Esta apropriação revelar-se-ia breve sendo corrigida nos documentos oficiais, ainda no governo pombalino, pela mais completa expressão de «Praça Real do Comércio»¹⁸, embora não seja conhecida nenhuma disposição legal que regulasse a aplicação de qualquer dos termos¹⁹.

Assistiremos a uma realidade similar, mais de meio século depois, no período de residência da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em que a criação de uma *praça do comércio* naquela cidade se reporta exclusivamente ao edifício projectado por Grandjean de Montigny²⁰.

EUGÉNIO DOS SANTOS E A PRAÇA REAL

A proposta de Maia para a praça, aceite na generalidade, seria, porém, complementada pela inclusão do programa monumental que acrescentava ao projecto o elemento em falta na definição do modelo. Na boa tradição francesa coincidiu no arquitecto Eugénio dos Santos a responsabilidade integral pelo conjunto (praça/monumento) para garante da respectiva coerência. As lamentações do escultor eleito para executar o projecto não tiveram resultados práticos substanciais. Machado de Castro, como é sabido, denunciaria algumas das fontes inspiradoras do arquitecto. Para além da *Architecture Française* de Blondel²¹, que o escultor refere explicitamente, Eugénio dos Santos ia mais longe no acompanhamento da actualidade francesa. O acervo da sua biblioteca comprova-o, nomeadamente através da presença de 49 volumes do *Mercure Galant*, periódico oficial de grande conteúdo informativo, que suporta nas suas edições o fenómeno da «explosão de fervor monárquico»²² representado pelo levantamento de monumentos reais nas principais cidades francesas. A respectiva consulta permitiria a Eugénio dos Santos acompanhar com grande proximidade o desenvolvimento do processo de expansão da propaganda monárquica, baseada na inovação urbanística da combinação

da praça/monumento real da qual acabaria por ser o principal subscritor no protótipo do novo Terreiro do Paço pombalino²³.

MERCÚRIO E HÉRCULES

Retomemos então a análise do primitivo programa proposto por Eugénio dos Santos. O projecto articulava um conjunto escultórico no centro da praça, dominado pela representação do monarca em versão equestre, beneficiando em fundo de um arco triunfal integrado na vertente norte da praça²⁴.

O conjunto central segue um modelo arcaico, tendo em vista a evolução verificada em França entre as variantes Luís XIV e Luís XV. A decoração prevista no plano inicial para o arco triunfal repetia a mesma linguagem simbólica dos grupos laterais à estátua equestre, com o simbolismo dos continentes vencidos e acorrentados perante o poder triunfante do monarca em glória. Acrescentemos, agora, que numa observação mais atenta se conseguem identificar as esculturas, integradas nos nichos do arco: Mercúrio e Hércules [Fig. 2]. O primeiro encontra-se com frequência associado ao rei D. José, e mesmo a Pombal, nas composições alegóricas contemporâneas, tanto visuais como literárias, surgindo relacionado com os *hercúleos* trabalhos da reconstrução da cidade destruída pelo terramoto e com outros momentos pombalinos como a expulsão dos jesuítas.

Mas é Mercúrio, *patrono do Comércio*, que melhor se integra no espírito primitivo da praça, acrescentando no discurso simbólico o apoio à intenção revelada na toponímia primitiva. Fosse intencional ou derivada do citado *deslize semântico*, a incursão não era pois circunstancial. Note-se que na proposta de Eugénio dos Santos sobressaía a unidade profana do conjunto. Nesta primeira solução fazia-se a síntese no plano simbólico, entre a afirmação do poder monárquico absolutista, já consagrado no monumento central, e a participação das novas forças da cidade na partilha do espaço, estabelecendo no programa monumental a ordem já registada na ocupação prevista para a moldura em construção, que se concretizaria, como vimos, na instalação prioritária da bolsa e da alfândega nos novos edifícios da praça real.

Mercúrio e Hércules, acompanhados de outras quatro esculturas alegóricas, sobreviveriam, ainda, numa segunda versão, já provavelmente devida a Carlos Mardel, em que o arco incluía a torre do relógio [Fig. 3].

REAL OU IMAGINÁRIO?

O projecto seguinte acabou por excluir os heróis clássicos da composição do arco, substituindo-os por um conjunto de seis esculturas das Virtudes reequacionando a presença religiosa na Praça [Fig. 4]²⁵. Como noutro trabalho revelámos, Machado de Castro chegou a iniciar os respectivos modelos, tarefa em que ainda se encontrava ocupado em 1777²⁶.

Esta variante reaparece na gravura da Praça do Comércio que recentemente atribuímos a Gaspar Frois Machado²⁷ [Fig. 5]. A história um pouco hermética desta estampa, e do grande desenho que lhe deve ter servido de base²⁸, tem permitido que a panorâmica que oferece da praça tenha corrido como uma «vista imaginária», desenvolvida a partir do projecto de Mardel, mas que deverá, no nosso ponto de vista, ser entendida como a materialização gráfica do plano adoptado²⁹.

A solução repete-se em duas pinturas setecentistas de Ciriaco [Figuras 6 e 7], e propagou-se, igualmente, à literatura de cordel. Nos *Dialogos em que descreve o magnifico festejo com que se celebrou a faustitissima [sic] inauguração da Estatua Equestre* [...]³⁰ contracenam um *cortesão*, testemunha presencial da inauguração do monumento, e um *viajante* acabado de chegar de França. O primeiro descreve a cerimónia onde situa o arco triunfal e as respectivas esculturas:

Cort[esão:]
Primeiramente nas tres
Faces da Praça contempla.
E alonga a vista até onde
A Praça co' o Rio entesta:
Vê este arco triumphal,
Que finda esta rua: esta
Foi a principal estrada;
Deixemos a rua, entra:
Vê a pompoza estrutura
Destas columnas, e observa
A varanda, que as coroa,
E estatuas, que a afformozeão:
Não te canso com seus nomes;
He de crer, que comprehendas,
Que são Virtudes, são Genios
São Artes, e são Sciencias [...]³¹.

Todas as citadas imagens – realizadas por distintos artistas e em diferentes técnicas desenho, gravura e pintura –, registam as referidas estátuas do arco e a presença da torre do relógio. Para além desta convergência acrescente-se, por outro lado, que não conhecemos nenhuma outra, com fundamento topográfico, que contradiga esta versão da praça.

A coincidência das fontes visuais e literárias leva-nos a considerar como uma apropriada hipótese de trabalho a ideia de que a imagem reproduz o plano definitivamente aprovado para a Praça do Comércio³², em grande parte ensaiado no dia da inauguração da estátua equestre, a 6 de Junho de 1775, com recurso à simulação em madeira de parte substancial do projecto. O consenso encontrado não chegaria a ser posto em prática, constituindo as principais diferenças visíveis a conclusão dos torreões e o fecho do arco triunfal originando, neste último caso, uma clivagem na unidade do programa monumental adoptado para o novo espaço.

Sobreviveriam dois testemunhos que sinalizam, ainda que tenuemente, a coerência perdida entre a proposta toponímica e a realidade estabelecida: o baixo relevo alegórico colocado na tabela posterior do pedestal e a inscrição latina disposta na face virada ao Tejo. O baixo-relevo, ausente nos desenhos iniciais de Eugénio dos Santos, apenas foi concluído já depois de inaugurada a estátua equestre e os respectivos grupos laterais. O novo elemento evocava por fim o contexto da reconstrução, conferindo ao monumento uma textura local, única ressalva aos modelos internacionais em circulação, excepção sustentada no conteúdo informativo ligado ao processo de destruição/recuperação de Lisboa, não perdendo, porém, o sentido alegórico habitualmente transposto para as composições escultóricas auxiliares que enquadravam a estátua do *príncipe* nos arquétipos franceses.

Machado de Castro afirma ter sido a ideia da sua exclusiva responsabilidade, mas o discurso oficial encontra na nova criação um fiel espelho de propagação. A composição reúne nas sete figuras representadas, inspiradas em Ripa, os protagonistas da reconstrução da Capital: *Generosidade Régia*, *Governo da República*, *Amor da Virtude*, *Comércio*, *Providência* e *Arquitectura*, solidários na recuperação da *Cidade* martirizada. Conforme o programa habitual, o conjunto foi complementado com inscrições alusivas que apresentam o Rei como reformador das leis e da milícia, protector do Comércio e das Belas Artes e restaurador da cidade após o terramoto.

No limite ambos aludem ao *Comércio* e ao seu desempenho na reconstrução da cidade, mas a marca dominante é «José I – augusto, pio, feliz Pai da Pátria», secundado pelo seu ministro Pombal³³. A vertente comercial primitiva quase desaparecia suprimida no plano simbólico pela propaganda régia. Na associação entre a toponímia e o programa monumental, a fórmula Real Praça do Comércio sedimentava a sua prioridade, em concordância com a eleição para as vias de acesso ao novo espaço dos principais representantes vivos da dinastia: Rua nova d'El Rey; Rua bella da Raynha; Rua nova da Princeza. Recorde-se que uma das características específicas do modelo era ser erguido em vida do herói glorificado. A morte de D. José, e a consequente queda de Pombal, pôs termo à lógica da Real Praça do Comércio e na prioridade da conclusão do seu discurso alegórico em honra do monarca. O seu desaparecimento, tal como em França, no processo sucessório de Luís XIV a Luís XV, levou o círculo mais próximo da herdeira a procurar edificar nova apologia monárquica no espaço urbano, agora dedicada a D. Maria I: a projectada, mas nunca realizada, praça real desenhada defronte da basílica da Estrela³⁴, grande igreja monumento que nos devolve à tradição da *contra-programação* reactiva à moda francesa³⁵.

Nas primeiras medidas tomadas pelo governo da *Viradeira* determinava-se uma redução substancial das despesas das Obras Públicas o que motivou, entre outras medidas, a suspensão das obras de fecho do arco da rua Augusta. Para além desta paragem, ordenava-se pouco depois a desmontagem do arco de madeira que se mantinha no local há mais de dois anos desde as referidas cerimónias da inauguração da estátua a D. José, a 6 de Junho de 1775. O programa monumental eleito pelo regime pombalino para a Praça do Comércio era definitivamente abandonado. A suspensão das Obras Públicas paralisou, igualmente, a Aula e o *Laboratório* de Escultura de Machado de Castro que se encontravam na sua dependência, que seriam apenas reanimados com o início da empreitada da Estrela. Neste contexto é de equacionar o reaproveitamento dos modelos concebidos para o arco da Rua Augusta na fachada da basílica onde, igualmente liberta dos tradicionais nichos protectores, reforçam a sua função na composição arquitectónica, solução, note-se, de fraca adopção em Portugal no período em análise.

A OCUPAÇÃO DA PRAÇA

Em conformidade com o plano pombalino os primeiros serviços a instalarem-se nos novos edifícios construídos foram, como refere o decreto³⁶, a Junta do Comércio e a Aula do Comércio, a Casa dos Seguros, a Mesa do Bem Comum dos Mercadores, e a «Assembleia dos Mercadores a horas de Praça»³⁷, esta última instalada no torreão oriental, o primeiro a ser construído.

Cumpria-se deste modo uma das prioridades estabelecidas, a instalação da alfândega e da bolsa de negócios da cidade, fase da construção para a qual concorreria o dona-

tivo voluntário dos quatro por cento concedido pelos comerciantes de Lisboa. Note-se que a citada oferta é clara nos seus objectivos: a «reedificação das Alfandegas», contendo «todos os competentes armazens», correspondendo à reivindicação formulada de «que o Commercio tenha huma Praça digna de capital destes Reynos, e com a comodidade necessária para que nella residão os Homens de Negócio, sem sujeição ás injurias do tempo». Concluída a obra os negociantes solicitavam o termo do encargo assumido³⁸, tentando aparentemente desvincular a generalização do apoio à globalidade da reedificação da cidade³⁹.

Em Abril de 1769 determinava-se a abertura na Real Praça do Comércio de uma loja da recém-criada Imprensa Régia⁴⁰, para venda das respectivas edições, iniciativa considerada fundamental para «benefício da sua conservação e aumento» e apresentada como «humas das principaes providencias que sustentão as Reais officinas Typograficas das Cortes de Paris, Napoles e Turim»⁴¹. O novo estabelecimento deveria, ainda, estabelecer correspondência com as restantes praças da Europa, tornado-se assim o meio mais eficaz para realizar a troca de catálogos, livros e estampas e divulgar no exterior as obras produzidas em Portugal. Acrescente-se que a loja da Imprensa Régia não era exemplo único do comércio livreiro na praça. Mesmo antes da sua criação, localizamos referência às lojas ou *barracas* de Domingos Duarte Capriata (1756), Joaquim Ferreira Coelho (1757-1760) e Manuel Ferreira (1766), em anúncios publicados na *Gazeta de Lisboa*⁴².

O SENADO DA CÂMARA

Pela mesma altura, a administração pombalina promove a construção de uma nova Casa da Câmara. Recorde-se que o Presidente do respectivo Senado era à data Henrique José, conde de Oeiras, herdeiro de Pombal. O edifício ficaria concluído em Outubro de 1774, ficando a respectiva frontaria orientada para o largo do pelourinho. A construção prolongava-se para nascente até à Praça do Comércio, obedecendo no ponto convergente (Rua do Ouro/Rua do Arsenal) ao prospecto geral de Eugénio dos Santos com recurso a arcadas. Posteriormente o Senado adoptaria esta frente como entrada principal, preferindo a presença no ângulo da praça à sua própria fachada de traça reconhecidamente mais nobre⁴³, facto que sublinha o poder de atracção do novo Terreiro da Paço na hierarquia dos espaços urbanos da cidade. Depois de acolher a classe mercantil, era o Senado que se associava ao novo espaço que, em breve, assistiria a novo reequilíbrio dos poderes em presença, com o efectivo regresso da família real à praça.

Como referimos anteriormente, a inauguração da estátua equestre de D. José, a 6 de Junho de 1775, precipitaria o fecho da moldura construída da praça em arquitecturas efémeras, que incluíam «o Prospecto de Madeira ao Arco Triunfal» e «fingir» o «quarteirão da parte Oriental do mesmo Arco», «o torreão da parte occidental», e «hum Cays de Madeira, com seu parapeito, para toda a frente da Praça, e dos Torreões para o Mar»⁴⁴. Estas instruções enviadas ao Arquitecto Geral das Obras Públicas deixam-nos antever o que se encontrava já à data edificado: o lado oriental, incluindo o torreão, onde se instalara a bolsa e a alfândega, o quarteirão ocidental ao arco da Rua Augusta e parte da ala ocidental da praça. Esta frente seria reservada aos tribunais, nomeadamente o Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência, para cuja entrada principal Carlos Mardel desenhara anteriormente «uma grade de ferro com seus ornatos de latão»⁴⁵, servindo de protótipo a outras portas manufacturadas para os edifícios do novo Terreiro do Paço⁴⁶.

Algumas das citadas estruturas em madeira começariam a ser desmontadas ainda em 1775, como revela o plano anexo ao decreto que mandava instalar a Real Mesa Censória no «grande edifício do Lado Ocidental da Real Praça do Comércio», destinado a albergar igualmente a Biblioteca Pública, em organização, que dependia daquele tribunal. No texto do decreto referia-se explicitamente «o uso de toda a parte que lhe for necessária para a sua acomodação [...] assim do que já se acha ocupado, como do que ainda está por acabar», prevendo-se «desmanchar toda a parte deste edifício, que se fez de madeira». Para a execução da empreitada determinava-se a abertura «de huma nova, e separada conta»⁴⁷, recorrendo ao financiamento do cofre do Subsídio Literário, nova manifestação da diversificada contabilidade criada. Embora não tenha cumprido a sua função de biblioteca pública, pelo menos no período inicial onde funcionou mais como armazém de livros⁴⁸, a sua instituição, neste contexto, representava o primeiro desvio assinalável à proposta de Manuel da Maia que, recorde-se, havia defendido a respectiva inclusão no complexo do novo palácio real.

De uma maneira geral nenhuma das restantes disposições traía o plano primitivo traçado para a nova praça. Do período mariano resultaria, porém, outra leitura, desde logo assinalada pelo regresso da corte ao local, aí fixando aposentos a partir de 1780.

A PRAÇA E O PAÇO

No início de 1780, a Praça Real havia sido considerada para local de instalação da Aula Pública de Desenho, sendo apontado para o efeito o Torreão da Alfândega, «por cima da Caza destinada à Aula do Comércio». As razões para a escolha daquela «Casa», traduziam-se em dois argumentos: «tanto pela grandeza della, como por estar situada no centro da Cidade». A família real parecia partilhar desta atracção e os indícios da vontade de retorno ao «centro da cidade» multiplicavam-se.

D. Maria I chegara ao trono três anos antes, voltando a eleger a Praça para a cerimónia da sua aclamação, já com Pombal afastado do poder. Repetindo a fórmula da aclamação dos seus antecessores, seria construída uma opulenta varanda efémera, onde se celebrou a cerimónia. O momento ficou registado num desenho a aguarela onde não se inclui a estátua equestre o que, por certo, não é uma omissão involuntária, representando intuitivamente um regresso ao passado.

Este episódio voltava a fazer da Praça do Comércio a praça das aclamações régias. Acentuava-se a dúvida entre uma presença apenas simbólica na Real Praça, consagrada pelo programa monumental, ou a sua ocupação efectiva com o retorno da corte àquele espaço privilegiado. Em Agosto de 1780, D. Maria I ordena ao Senado da Câmara a libertação do edifício recém-inaugurado para acomodação da família real. Iniciava-se desta forma a adaptação da ala norte da Praça para instalação do *Paço de Lisboa*, termo utilizado no lançamento das despesas arquivadas no fundo do Erário Régio⁴⁹. A nova residência estendia-se da Rua Augusta ao largo do pelourinho, unindo os dois quarteirões separados pela Rua do Ouro. Para garantir a ligação entre os dois edifícios, foi necessária a construção de dois passadiços que alteraram visivelmente o prospecto daquela zona da praça.

A notícia do regresso correu depressa. A *Gazeta de Lisboa*, em 25 de Agosto de 1780, informava que a Família Real⁵⁰ optara por ocupar «partes dos edifícios que formão a Praça do Comércio» de modo a que o Rei D. Pedro III pudesse mais comodamente «tomar os banhos das Alcacerias». Na mesma edição do periódico assinalava-se «a alegria» ma-

nifestada pelos «moradores daquela parte da Cidade» demonstrada com *iluminações* de júbilo em «ver restituídos ao centro da Capital os nossos Augustos Soberanos».

A presença da família real é referida noutras ocasiões⁵¹. O teor das notícias pressupõe utilizações regulares e prolongadas naquele espaço que, pelo menos desde 1784, começa a ser tratado publicamente por *Palácio*⁵². No ano de 1787 assinala-se no periódico oficial da cidade uma sugestiva mudança terminológica, passando a utilizar-se a expressão redundante de «Palácio do Terreiro do Paço»⁵³. O retorno à antiga toponímia reforça a ideia da presença efectiva da família real na grande praça⁵⁴. O príncipe D. José ali celebraria o seu derradeiro aniversário, recebendo para o efeito «toda a corte e corpo diplomático», informação que nos permite concluir que o espaço já tinha dimensão e dignidade bastante para cerimónias oficiais com este significado. Poucos dias depois, a 11 de Setembro de 1788, ali viria a falecer o herdeiro da coroa, «aos 27 anos e 21 dias de idade», acontecimento que marcaria o reinado mariano e que confere ao «palácio do Terreiro do Paço» um significado particular. O espaço seria, pelo menos parcialmente, desactivado a partir de 1796, voltando o edifício do Largo do Pelourinho para a posse do Senado. A hipótese de retorno da residência da família real à Praça do Comércio voltaria ainda a ser equacionada.

O arquitecto Costa e Silva seria consultado nesse sentido. A solução que propôs aproveitava as colunas já erguidas do arco triunfal, integrando-as num frontispício neoclássico desenhado na fachada do novo palácio. Acrescentava-se ao novo edifício mais dois quarteirões, sacrificando-se a dimensão das ruas que partiam da praça em direcção ao Rossio. Unificava-se, deste modo, um espaço «cuja planta seria um quadrilátero» [...] «com largo campo para pateos, jardins, e quantidade de de commodos, que sendo por si mesmos necessarios, ao mesmo tempo fazem o decoro e a beleza do palácio de um grande Principe Soberano»⁵⁵. A hipótese seria abandonada em benefício das obras da Ajuda.

Para além da questão da instalação do paço, as obras de execução do projecto idealizado para a Praça do Comércio iriam continuar no período mariano, apesar do decreto que reduzia substancialmente a actividade das Obras Públicas. De imediato se determinaria a já referida desmontagem do arco da Rua Augusta, e do «Quarteirão que lhe hé immediato»⁵⁶, com o pretexto do aproveitamento das respectivas madeiras. Neste contexto de austeridade, observa-se a preocupação de concluir obras já iniciadas, evitando a deterioração das respectivas estruturas, ordenando-se o fecho das coberturas «do grande edefficio da Alfandega que fica defronte da Igreja da Conceição» e do torreão oriental, cujo «importante vigamento» se refere estar «exposto ás injurias do tempo pela falta de se continuar a obra». Nesta fase parece já visível a dificuldade em concluir os torreões à maneira *terziana* do projecto inicial, optando-se por uma solução de recurso mais simples, de cobertura em telha, visível na iconografia da época⁵⁷ [Fig. 8].

As obras na frente do rio também estavam por concluir. Recorde-se que, à data da inauguração da estátua equestre, o cais não estava ainda construído sendo *fingido* em madeira. A conclusão destes trabalhos tornar-se-ia uma prioridade. Em Agosto de 1778, ordenava-se a continuação da «Obra do Cáes, que segura o Torreão da parte da Alfandega»⁵⁸, empreitada já concluída em Junho de 1779. Nesta mesma data, o arquitecto responsável, Reinaldo Manuel dos Santos, informava que relativamente ao trecho do torreão ocidental «se achar vencida a mayor deficuldade», acrescentando serem «ambas [as obras] de muita necescidade, por quanto invadirão os impulsos do Már, em grande beneficio dos ditos Torreões». A comunicação de Reinaldo Manuel prendia-se com a necessidade de libertar a frente do rio de uma caldeira, construída para a conservação das madeiras em água salgada, que impedia o desenvolvimento da obra princi-

pal, que então se iniciava, correspondente à parte central do embarcadouro: a «grande escada, e rampa que orna o Caes do meyo da Real Praça do Commercio». Aquele obstáculo, protesta o architecto, «embaraça [...] também a Nobreza e Prospecto do Caes, comprehendido de huma athe outra extremidade da dita Real Praça, que não admite semelhantes obstaculos»⁵⁹.

O lançamento de despesas relativas às obras do cais prolonga-se nas contas públicas até final de 1781. Note-se que não se detectam trabalhos de fundo ao longo do reinado mariano na edificação da grande praça, chegando-se mesmo a reportar situações de degradação em alguns dos edifícios já construídos. Em Novembro de 1795 denunciava-se a ameaça de ruína dos tectos dos tribunais do Desembargo do Paço, Conselho Ultramarino e Mesa da Consciência e Ordens, a par do mau estado em se achavam as janelas das frontarias exteriores e respectivos gradeamentos. De igual modo se comunicava a eminente exposição da Biblioteca Pública às águas da chuva⁶⁰, situações que reforçam a ideia de que a empreitada havia deixado de ser uma prioridade. É já no período do Príncipe Regente que se ordena, em Agosto de 1802, a conclusão de «toda a Obra da praça do Commercio», referindo-se como prioridade o «Quarteirão do Lado esquerdo da Rua Augusta, entrando para a dita Praça»⁶¹. Para o efeito se disponibilizavam, inclusive, as quantias apuradas na venda de três terrenos situados na Rua Nova D'el Rei. Parece-nos este o momento ideal para fazer um balanço da evolução da obra edificada na praça real e do que ainda faltava construir.

Um parecer assinado pelo architecto José da Costa e Silva, certamente articulado com a vontade expressa pelo Regente, faz-nos o ponto da situação. Encontrava-se por concluir o quarteirão oriental junto ao arco da Rua Augusta, o torreão ocidental e o imediato segmento da arcada. Relativamente à primeira situação Costa e Silva recomendava: «como os edifícios, que acompanhão o arco, de hum lado estão inteiramente acabados, e do outro lado não; sou de parecer que estes se acabem do mesmo modo, que os outros, porque assim o pede a boa e justa symmetria»⁶². A avaliação da frente ocidental oferece-nos uma análise mais detalhada, referindo o architecto que esta ala «tem padecido bastantemente nos oito arcos contiguos ao torreão, que está por acabar, e isto por causa do mau terreno, em que forão fundados». Concluía «que não se poderá completar o edificio sem que os ditos arcos sejam apeados», recomendando que «consolidando-se os seus alicerces poderão ser novamente construídos, como já se praticou no lado da frente da Alfandega». Esta situação mantinha-se em 1816, coincidindo com a descrição da praça publicada na *Mnémossine Lusitana*⁶³. A construção do torreão ocidental arrastar-se-ia, pelo menos até 1827, data em que ainda se solicitava a demolição de parte de um depósito de tojo pertencente ao vizinho Arsenal da Marinha, obra indispensável «para a continuação do novo torreão do Terreiro do Paço»⁶⁴.

Este atraso da conclusão do lado ocidental motivou os artistas a apresentarem a praça num ângulo que privilegiasse o torreão oriental já concluído, estereotipo raramente transgredido, tanto nas perspectivas panorâmicas efectuadas a partir do Tejo, como as desenhadas por Alexandre Jean Noël [Fig. 9], como nas realizadas no local por Henry L'Évêque [Fig. 8].

QUOTIDIANO NA PRAÇA

Observemos, em seguida, a evolução da vivência na praça, procurando escrutinar as suas principais linhas de utilização. No início de 1770 solicitava-se que se fizesse

«apromtar, e remeter com toda a brevidade para as Obras da Praça do Comércio todo o Lajedo ordinario, que for possível»⁶⁵, oferecendo-nos uma ideia do provável início da pavimentação do passeio das arcadas. Para além do referido estabelecimento livreiro da Imprensa Régia, localizámos outras notícias sobre esta vocação para instalação de lojas que permite antever uma utilização dinâmica das galerias no funcionamento da praça. Paulino dos Santos Leal negociava em louças e fazendas da Índia, na arcada debaixo do paço, loja depois devoluta em 1781 que António Branco, fiel das tomadias, pretendia ocupar para armazém das fazendas apreendidas⁶⁶. Na *Casa da Neve*, «loja de bebidas» vendiam-se os bilhetes das segas da carreira de Belém⁶⁷, e na casa de café *Italiana*, «debaixo da ultima arcada, indo para a Ribeira velha» um «sujeito inteligente» procurava emprego compatível, anunciando as suas competências linguísticas em holandês e francês, aguardando propostas que deveriam ser confiadas ao dono do estabelecimento⁶⁸. O pintor Jean Pillement deixaria a lista das suas obras sorteadas numa lotaria, a Thomaz Wardington, guarda da bolsa instalada no torreão oriental, com a finalidade dos concorrentes ali conferirem as suas apostas. Wardington, nomeado para vigiar e apoiar os comerciantes que frequentavam a praça, faleceria em 1800, tornando-se necessário fixar o perfil do seu substituto: «este homem deve ter educação, verdade e probidade, inteligencia do Commercio, e das Lingoas mais frequentes entre os Negociantes pois dali vão, e ali vem nos Paquetes Inglezes cartas, incomendas e dinheiro, que tudo se confia daquelle homem»⁶⁹. Exemplos que desenham o cosmopolitismo readquirido e a importância da praça como local de encontro e de passagem, partida de transportes para outros pontos da cidade, espaço de uma renovada sociabilidade nos cafés e casas de bebidas, de oferta e procura de empregos, etc.

O quotidiano da praça ganhou outra valência com a presença da família real, especialmente nos dias de audiência ou nas saídas da rainha ou dos príncipes, recordadas nas memórias de William Beckford⁷⁰ ou nos comentários de L'Evêque aos seus *Portuguese Costumes*⁷¹. A esplanada da praça, para além da sua utilização comercial, manter-se-ia como espaço aberto à realização dos grandes eventos públicos, sede de autos-de-fé, touradas reais, fogos-de-artifício e celebração dos grandes momentos dinásticos: nascimentos, aclamações, etc.

O novo espaço, dada a sua grande extensão e localização privilegiada numa cidade transformada em caótico estaleiro, posicionava-se como local apropriado para os pequenos comerciantes instalarem os seus negócios, levando à proliferação de *barracas*. Por volta de 1762, no «Citio que éra Tirreiro do Paço e hoje Praça do Comercio»⁷², acumulavam-se construções precárias que garantiam uma oferta de bens e serviços variados, desde barbearias, lojas de louças, tavernas, seleiros, carpintarias, sapateiros, costureiras, etc.⁷³. A praça integrava igualmente o itinerário dos vendedores ambulantes, outra constante num espaço ainda por disciplinar. Esta apropriação popular do sítio continua, note-se, a tradição anterior, perceptível nas disputas sobre a quem competia autorizar a presença deste tipo de comércio nos espaços públicos⁷⁴.

Lisboa ganhara, no plano da reconstrução, um conjunto de novas praças equipadas com cais de acostagem, nomeadamente as da Ribeira Nova, Remolares, Corpo Santo e maior que todas a «Grande e Real Praça do Commercio».

A cidade recuperava da catástrofe de 1755 e regulamentava o metabolismo dos lugares públicos, legislando contra a sua má utilização. O decreto pombalino regulador procurava estabelecer a ordem nestes espaços que eram considerados «pelo custo das Fabricas, e pelo asseio e comodidade dellas», facilitadores das «servidões em beneficio do grande Povo de Lisboa», mas «ao mesmo tempo huma boa parte da sua recreação, e alegria».

O argumento da ausência de armazéns, destruídos pelo terramoto, levava ao depósito nas praças de toda a espécie de cargas, práticas consideradas, então, vinte anos passados, como «usurpações e violências feitas aos públicos da capital do Reyno».

Pombal reagia a esta «deturpação» da função das praças, determinando que as mercadorias não poderiam permanecer no local para além do próprio dia do desembarque. Findo este prazo era autorizado o confisco pelos populares considerados lesados pelo desajustado uso do espaço. O decreto data de 6 de Julho de 1775⁷⁵, um mês exacto após a inauguração da estátua equestre de D. José, e dá-nos uma ideia sobre a utilização quotidiana da Real Praça do Comércio e do que as autoridades pretendiam. Note-se que a ocupação desordenada da praça se prolongaria no período mariano. Ainda em 1792 se discutia a instalação de uma *barraca* para acolher uma prensa de enfardar sacas de algodão, e os argumentos aduzidos esclarecem-nos sobre a tradição estabelecida. Enquanto durasse a «obra da Praça do Commercio» era considerado inútil proibir a instalação de novas construções tendo em consideração as barracas que ali se mantinham. O parecer da Junta de Comércio é claramente contrário à súplica apresentada: «quanto ao Sitio para a dita Prensa [...] não convem embarçar Praça alguma, e muito menos a mais nobre da Capital», acrescentando «longe de permitir-se huma tal graça parece necessario fazer limpar a Praça de todas as Barracas, e mais Edificios, que não servem à continuação das Obras Publicas», acabando na contraditória conclusão: «mas havendo ellas de subsistir hé indifferente, que esteja tambem a do Supp[lican]te»⁷⁶.

É esta a imagem que captamos na escassa iconografia da época relativa à grande praça.

Da gravura de Frois Machado [Fig. 5] ao mais tardio instantâneo de L'Évêque [Fig. 8] a concordância é visível. Espaço de trabalho, mas igualmente de recreio e de passeio.

A vista de Frois Machado, projectada do rio para terra, intensifica a presença da frente marítima na composição do espaço. Movimento fluvial que o citado desenho do Museu da Cidade reforça, atendendo ao *lado* mais esquecido da praça.

A gravura de L'Évêque tomada de terra, em *contracampo* às anteriores, não diminui a percepção do trabalho portuário que domina grande parte da composição e lhe dá, na intensidade dos pormenores, um sabor realista. No primeiro plano abre-se espaço ao *pitoresco* dos costumes populares, através das vendedeiras e do barbeiro em acção em pleno terreiro. Conforto cenográfico ou não, L'Évêque retoma o ambiente da praça [*Portuguese Costumes*], fixando a utilização das arcadas por uma jovem pedinte [Fig. 10] ou a passagem do *cego vendedor de folhinhas* com a estátua equestre em fundo [Fig. 11].

QUERO VER... QUERO SER VISTA

Espaço igualmente cambiante nas diferentes horas de utilização, dos rituais públicos e de local de trabalho comercial e portuário durante o dia, de idílio e marginalidade após o pôr do Sol. A literatura de cordel retrata a grande praça e o monumento real como ponto de encontro e destino privilegiado: «Noutro dia apertou o meu homem bem comigo, para me levar até à *Estratula Equestre*», irónica corruptela de uma expressão que certamente andava na ordem do dia⁷⁷. D. Prosapia queixava-se a D. Curriqueira da longa distância que tinha percorrido para chegar àquele procurado sítio confirmando em versão popular o mesmo ponto de vista do atento Beckford: «Passeei ao luar pelo Terreiro do Paço; uma luz suave sobre o rio; venturosos pares à sombra da estátua»⁷⁸, um estatuto de notoriedade que a gravura de Carneiro da Silva igualmente sustenta [Fig. 12].

Nas *Conversações e Succesos Observados em o Freqüentado Passeio da Praça do Comercio*⁷⁹, título já por si elucidativo, a acção passa-se à noite reunindo seis personagens, três femininas: Brasia (casada), Marisa e Clarise (solteiras); e outras três masculinas: o cadete, o bacharel e o peralta.

O texto tem como um dos alvos predilectos a crítica às modas vindas do estrangeiro. Clarise e Marina dizem-se cansadas do celibato, Brásia da monotonia do matrimónio. O bacharel declara-se: «Clarise maicher Clarise, je vous amoi mai belle», convidando-a a «hum pouco de promenade». «Marchemos hum pouco por esta Praça» concorda o cadete. «Só passeando posso de meu mal curar-me» contesta a casada, obtida a liberdade por suposto conselho médico, acrescentando: «Sou moça, quero vida desfrutar, o que me falta, quero, ver, quero ser vista, e tudo o que o mundo falla, bagatella, bagatella...»

PRAÇA E MAIS PRAÇA...

O peralta é o protagonista a quem está reservada a maior fala: «Que bellas, que bellas cenas tenho aqui observado [...] e feito grandes fortunas; porem essas não relato». Descreve, em seguida, as cenas presenciadas na Real Praça: «vi á luz de hum candeiro, tres rapazolas sentados [...] estavam lendo versos, que trazião destinados para se darem áquella em aceitalos mais facil», depois noutro «rancho» uma cena de ciúmes; num recanto «se ajustava hum par para o baile da noite seguinte»; entre os casais passeando de braço dado, dois idosos, «que com passos vagarosos caminhavão pela Praça», chamaram-lhe a atenção.

O peralta escutou-os e reproduz agora o diálogo no seu grupo. A mulher criticava o uso dado à praça: «estou pasmada, ver a multidão de gente, que oucupa toda esta Praça, e isto he todas as noites, mulheres, e mulheres com os homens misturadas, deixando as cazas entregues sabe Deos a que criadas». O marido recordava nostalgicamente os «bem aventurados tempos» em que as mulheres apenas saíam duas vezes no ano «huma era na dezoubriga, outra na semana Santa, do marido acompanhadas». A crítica estendia-se, igualmente, ao género masculino: «os homens, [...] cuidar em ter com que possão sustentar a sua caza, nada, nada, isso he seca: de dia à ribeira nova, no cafe neutral entrada, ainda que seja sómente a ver o que lá se passa; hum bocado no pasceio, à noite Praça e mais Praça; ali se ajustão negocios, que para gente vadia são da maior importancia».

A idosa acusava as modas vindas de França pela mudança súbita dos costumes: «para isto tenho vivido, para ver na patria amada o mesmo que lá na França tinha inventado o diabo; marido, ainda que morra sem remedio, não quero ver eu com os meus proprios olhos a Lisboa estrangeirada: isso não; vamos para casa». Concordando o marido rematava: «a liberdade estrangeira abração os Portuguezes, mas o gosto das sciencias, o engenho, a deligencia de adquerir o sustento, nisto não quizerão ser fieis imitadores, a energia, a perguiza, os nacionaes defeitos, he que fielmente conservão».

Depois da longa fala do peralta, as *conversações* continuaram, ainda, no mesmo cenário perante o Tejo, com novos galanteios, poesia e até *modinhas* cantadas por Brásia. Mas para além de todo o contexto que o pequeno entremez oferece, a preocupação maior de momento é fixarmos o ambiente nocturno da Praça, adoptada para passeio público no seu vasto espaço terraplanado. Se o terreiro durante o dia era local de trabalho, à noite proporcionava cenas galantes e encontros furtivos, negócios ilícitos, espaço popular privilegiado de *ver e ser visto*, à falta de outros locais mais adequados numa cidade ainda em reconstrução.

Ao longo de todo o texto nenhuma referência aos aspectos arquitectónicos e monumentais integrados no sítio. Apenas o espaço de passeio é fixado. O Tejo em fundo como local de evasão, de cujas águas emerge um escaler iluminado. A tripulação imaginada canta os perigos da paixão: «Fugi encantada Donzella / De amor á falça ternura / Temei mais seu voraz fogo / Do que a fria sepultura.»

A PRAÇA REAL DO TEJO

A partir deste já longo itinerário sobre toponímia, monumentalidade, função e utilização da Grande Praça, retomemos agora a prometida contextualização. Que relação existe entre a Praça Real do Comércio e os modelos franceses?

O programa da moldura construída é o aspecto em que a tradição nacional mais pesa, embora o ritmo⁸⁰ e a regularidade do conjunto nos remetam para a linguagem internacional dos projectos franceses da primeira geração. Mais claramente indexado ao modelo inicial de Luís XIV se encontra o programa monumental. Mas a aproximação ao modelo da *praça-cofre* esgota-se aqui. Contrariamente ao anterior Terreiro do Paço, dependente de passagens cobertas na articulação com as zonas envolventes, a nova praça abre-se a norte por um conjunto de ruas largas que a liga ao Rossio. Por outro lado, acompanhando o rio, projecta-se a oriente para Marvila e a ocidente para Belém. Esta acessibilidade intencionalmente gerada pela fórmula aberta adoptada, integrando-se na rede de viária – sem que, porém, se deixasse dividir por qualquer eixo – e a inclusão da bolsa e da alfândega no seu perímetro, aproxima-a mais da variante Luís XV, introduzindo um tópico de modernidade no modelo, potenciando a praça como área de dinamização da malha urbana da nova cidade e como elemento de ligação com o Tejo.

À luz da ideia da desagregação do modelo da *place royal*, torna-se difícil submeter o protótipo de Lisboa a um subtipo específico, face a diversidade de soluções adoptadas e à componente de tradição local evidenciada. Apesar desta especificidade não deixa de ocupar um lugar privilegiado na *família* destes espaços monumentais e de se manter como trave-mestra da teoria da internacionalização do conceito.

A Praça Real do Comércio, remate inacabado da reconstrução pombalina, inserida num espaço mais vasto de intervenção urbana no contexto do qual tem de ser entendida, não se esgotou na sua função cenográfica como marca da propaganda monárquica em espaço público, sendo na expressão das suas visíveis contradições muito mais um «rosto» do que uma «máscara», traduzindo nas várias fases da sua arrastada construção os avanços e recuos das situações pombalina e mariana de que o *non-finito* do programa monumental é testemunho esclarecido. No cotejo com o desenvolvimento dos protótipos parisienses, onde se procurava evitar a associação entre o Rei e o Comércio⁸¹, que no plano formal afastaria a respectiva coabitação na toponímia das praças reais francesas, teria na versão nacional outro percurso totalmente justificado pela tradição secular da convivência entre os dois *interesses* desde o Terreiro do Paço quinhentista. Compreende-se assim a suavidade das oscilações da toponímia – de Praça do Comércio a Praça Real do Comércio mas também a consistência irreduzível como a actividade económica permaneceu sem preconceitos como referência na toponímia setecentista, caracterizando com realismo a situação portuguesa. Real e comercial em simultâneo, a escassa iconografia *in situ* reforça, nas representações que nos oferece, essa ideia de espaço *multiusos*, de praça de trabalho e de passeio sem, todavia, pôr em causa o seu lugar supremo na hierarquia dos espaços urbanos da cidade e de permanecer a *praça das aclamações* com D. Maria I, na tradição setecentista dos Braganças.

As opções de utilização não obedeceram a um plano único, flexibilizando o pensamento primitivo sobre as prioridades da sua ocupação, aspecto agravado pela morosidade da conclusão dos edifícios, desfazendo a hipotética coerência do seu modelo funcional pombalino. Desde o início da reconstrução, na anarquia gerada pelo terramoto, que se esboçou uma resposta orgânica ao planeamento centralizado. Se ao nível da estrutura edificada foi ainda possível adiar a mudança nos critérios de ocupação, Pombal não conseguiria evitar a apropriação popular do terreiro – sustentada na tradição anterior – gerando-se um difícil diálogo entre as autoridades reguladoras do espaço e a proliferação de construções precárias e armazéns de apoio ao comércio fluvial. A praça aberta e limpa de obstáculos estranhos, vocacionada para a afirmação do poder do patrono real e do seu Governo, e em simultâneo local de «recriação e alegria» do *grande povo* idealizada por Pombal tardaria em concretizar-se. No período mariano consuma-se a deslocação dos poderes para os edifícios já construídos. Primeiro o Senado, prescindindo da sua própria praça do pelourinho para a qual a fachada do edifício se encontrava voltada, para orientar a sua presença para o novo terreiro. Seguir-se-ia a instalação do paço real. Todas estas mudanças se operaram, porém, sem nenhum impacto exterior. Mesmo no período em que a corte regressou à cidade nenhuma visibilidade exterior foi lançada na residência régia. Excluindo o arco triunfal de história acidentada e o desequilíbrio gerado pelo atraso da conclusão da ala ocidental e respectivo torreão, que tornou o seu par construído em momentâneo ponto de referência, não se descortina nenhuma hierarquia arquitectónica pensada para a Praça do Comércio que distinga a presença de uma função ou patrono dominante, pousio simbólico que reforça a função matriz do monumento central.

Esta *uniformidade* do programa arquitectónico seria muito mal recebida – e compreendida... – pela geração artística seguinte, de Cyrillo Volkmar Machado ao citado Costa e Silva.

Cyrillo considerava as soluções encontradas por Eugénio dos Santos para a reconstrução da cidade fruto de um sistema que produzia um «effeito monotonos e triste», interrogando-se sobre o acerto da opção: «Todos os nossos sentidos aborrecem as repetições, e vê a mesma coisa nos arruamentos, nas praças, nos palacios e até nos templos?»⁸². Costa e Silva, no parecer apresentado para a instalação do paço real na praça, é mais objectivo. Relacionando os edifícios com o espaço considerava-os «summamente desproporcionados à vastidão da grande praça». Crítico com o desenho e disposição das arcadas «estreitas, baixas, e miseráveis», remata o seu pensamento em convergência com Cyrillo: «a monotonia que reyna em todos estes edificios, e em todas as partes delles, contraria aos preceitos do bom gosto, faz que a vista delles seja bastantemente dezagradavel»⁸³.

O arquitecto considerava em síntese que as casas construídas «não tem outro algum merecimento», à excepção de ocuparem «huma situação em todo o sentido admiravel». Costa e Silva referia-se ao espaço envolvente e forçosamente ao Tejo, único lado imutável da praça e reserva activa da sua dinâmica recreativa, económica e simbólica. Na letargia em que as obras caíram no período mariano, sobressai a prioridade conferida às obras do cais monumental, opção que concorda com a máxima utilização do rio à época, que a evolução recente não permite compreender na íntegra. Chegada de um dos seus passeios pelo Tejo, D. Maria I, na sua embarcação de 120 remos, seria escoltada por «mais de mil barcos e barçaças, transformados em caramanchéis de flores e grinaldas». «Seguiu a pé desde o cais de desembarque e até ao seu palácio, sem escolta, por entre a multidão, cujo reconhecido entusiasmo atingiu o delírio»⁸⁴. Retemos esta imagem final onde se configura a identidade do sítio, ponto de convergência da cidade

e do rio, de rituais programados e manifestações espontâneas, praça real, comercial e popular, espelho permanente e lúcido do processo histórico contemporâneo.

NOTAS

¹ O presente trabalho insere-se na linha de investigação *Urbanismo e Monumentos Públicos* em desenvolvimento no Instituto Investigação Pluridisciplinar da Universidade Autónoma de Lisboa (IIPUAL).

² Cf. LAVEDAN, Pierre, *Histoire de l'Urbanisme*, Paris, Henri Laurens, Editeur, 1959, (2.^a edição), pp. 329-331; FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1977, (2.^a edição), p. 118; RABREAU, Daniel, «Royale ou Commerciale, la place à l'époque des Lumières», in *Monuments Historiques*, n.º 120, Março-Abril de 1982, pp. 31-37. Mesmo os detractores da ideia da internacionalização do modelo francês reconhecem a relação entre a praça de Lisboa e as suas matrizes de referência francesas. Cf. ZIEGLER, Hendrik, «Le modèle de la place royale française à l'épreuve de l'Europe» in *L'Esprit des villes, Nancy et l'Europe urbaine au siècle des Lumières (1720-1770)*, Artlys, 2005, pp. 91-92. A eleição do modelo inspirador não constrói consenso semelhante sendo variável a genealogia projectada sobre a praça de Lisboa. Turim, Paris (Concorde), Bordéus, Veneza e até a Piazza d'Unità de Trieste são exemplos apontados, sublinhando-se nos três últimos o aspecto comum da existência de uma frente marítima. Escrutínio inconclusivo numa realidade construída sobre contributos múltiplos e na qual o peso da tradição local foi decisivo como aliás a historiografia portuguesa tem defendido.

³ Cf. PIMENTEL, António Filipe, «O laboratório da reconstrução: reflexões em torno do pensamento e da prática do urbanismo português» in *Propaganda e Poder: Congresso Peninsular de História da Arte*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, p. 256.

⁴ FRANÇA, José-Augusto, *op. cit.*, p. 115.

⁵ Luís XVI, que sucedeu no trono em 1774, seria, ainda, objecto de novos projectos de praças reais nomeadamente em Paris, Nantes e Bordéus abandonados depois da Revolução. Cf. CLEARLY, Richard – *The Place Royale and Urban Design in the Ancien Régime*, Cambridge University Press, 1999, pp. 9, 147-149. O feixe de questões relacionados com o presente trabalho é vasto e já enunciado em anterior intervenção com a qual a presente se articula. Cf. FARIA, Miguel Figueira de, «Praças Reais em Portugal: Projectos e Promotores» in *Actas do Colóquio Interdisciplinar: o Terramoto de 1755: Impactos Históricos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 485-497. A propósito da opção de apenas considerarmos o modelo a partir das experiências relativas a Luís XIV, veja-se, o artigo citado, pp. 485-486.

⁶ O decreto data de 14 Agosto de 1792.

⁷ O autor da estátua equestre, Machado de Castro, critica a vaga iconoclasta referindo neste contexto a «funesta revolução» ou «as lamentáveis desordens na França». Cf. CASTRO, Joaquim Machado de, *Descrição Analytica da Execução da Real Estatua Equestre [...]*, Lisboa, Na Impressam Regia, 1810, p. III, nota 4, e p. 30, nota 14.

⁸ Outros exemplos normalmente apontados são a Praça Real de Bruxelas, o foro Carolino de Nápoles ou a Königsplatz do principado de Hesse-Kassel. Cf. LAVEDAN, *op. cit.*, pp. 323-328; ZIEGLER (2005), pp. 90-92 e FARIA (2007), pp. 487-488.

⁹ Cf. RABREAU, Daniel, *op. cit.*, p. 32.

¹⁰ Cf. supra nota 1.

¹¹ Veja-se, a este propósito, ZIEGLER, H., «L'invention des places royales» in *La Place Vendôme* (dir. T. SARMANT, e L. GAUME), Paris, 2002, pp. 32-40; GADY, Alexandre, «Les places royales en France au XVIII^e siècle» in *L'Esprit des villes, Nancy et l'Europe urbaine au siècle des Lumières (1720-1770)*, Artlys, 2005, pp. 63-67. Para uma síntese e estado da questão Cf. FARIA (2007), pp. 486-487.

¹² FARIA, Miguel Figueira de, (2007), p. 487.

¹³ FRANÇA, José-Augusto, *op. cit.* p. 117.

¹⁴ Idem, p. 307.

¹⁵ O Rossio encontrava-se, igualmente, entre os outros locais onde Maia previa a instalação de pontos de abastecimento de água.

¹⁶ Cf. ROSSA, Walter, *Além da Baixa*, Lisboa, MC/IPPA, 1998, pp. 72-77.

¹⁷ Manuel da Maia, *Dissertação* (terceira parte), apud FRANÇA, José-Augusto, *op. cit.* p. 294.

¹⁸ Cf. FRANÇA, José-Augusto, *op. cit.*, pp. 117-119.

¹⁹ Cf. Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo XVII, Lisboa, Typographia Universal, 1911, pp. 7-8.

²⁰ Cf. *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 58, de 19 de Julho de 1820. Segundo o periódico na cornija da fachada podia ler-se a seguinte inscrição «JOANNE SEXTO REGNATE Anno MDCCCXX; e no atico PRAÇA DO COMMERCIO». Na colecção da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro existe um desenho, a pena e aguada, da fachada principal do edifício (inv. n.º 2976), reproduzido em DEL BRENNA, Giovanna Rosso (coord.), *Uma cidade em questão I / Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, PUC, 1979, p. 148.

²¹ Cf. BLONDEL, J. F., *Architecture Française*, Paris, 1752-1756.

²² Cf. MARTIN, Michel, *Les Monuments Équestres de Louis XIV/Une grande entreprise de propagande monarchique*, Paris, Picard, 1986, p. 63.

²³ O *Mercure Galant* publicou-se entre 1672 e 1724. Não conseguimos localizar qualquer colecção completa nas bibliotecas públicas portuguesas. O periódico foi largamente utilizado por Michel Martin na citada obra sobre os monumentos reais de Luís XIV. Na bibliografia final, Martin sublinha a sua importância para o tema em análise: «Gazette rapportant quantité de faits relatifs à la commande et à l'exécution des statues équestres royales, avec reproduction des discours des contemporains, des oeuvres littéraires consacrées à ses sculptures, les comptes rendus des inaugurations et les jugements ou critiques formulés». Reencontramos no acervo da biblioteca pessoal de Eugénio dos Santos a importância do livro na comunicação da cultura francesa bem patente, igualmente, na biblioteca de Machado de Castro com coerente correspondência nas suas diversas intervenções literárias. Veja-se a propósito FARIA, Miguel Figueira de, *A Biblioteca de Machado de Castro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008 (no prelo). Sobre o conteúdo da biblioteca de Eugénio dos Santos, veja-se o respectivo inventário publicado em FERRÃO, Leonor, *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*, Lisboa, Quetzal Editores, 1994, pp. 313-314.

²⁴ A exemplo da primeira versão da praça Vendôme em Paris ou da praça real de Nancy, embora neste caso numa diferente combinação da estátua equestre relativamente ao arco.

²⁵ Cf. FARIA, Miguel Figueira de, «6 June, The King's Birthday Present: An Insight into the History of Royal Monuments in Portugal at the End of the *Ancien Régime*» in CHASTEL-ROUSSEAU, Charlotte (ed.), *Royal Monuments and Public Space in Eighteenth Century Europe*, Londres; Ashgate, 2008 (no prelo).

²⁶ Cf. FARIA, Miguel Figueira de, *A Escola de Escultura de Machado de Castro*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, (no prelo).

²⁷ FARIA, Miguel Figueira de, *A Imagem Impressa, Produção, Comércio e Consumo da Gravura no Final do Antigo Regime*, tese de doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005 (exemplar policopiado), vol. I, pp. 116-118.

²⁸ Desenho a nanquim não assinado, de grande formato, de colecção particular depositado no Museu da Cidade de Lisboa e que apresenta grandes semelhanças com a composição desenvolvida na gravura da Praça do Comércio de Lisboa de Gaspar Frois Machado, merecedor de estudo autónomo a realizar num futuro próximo.

²⁹ A tese de estarmos perante uma *vista imaginária*, criada para propaganda da reconstrução da cidade antecipando a conclusão dos trabalhos ou criando uma ficção para projecção do regime, não é de todo descabida e não seria sequer caso único na Europa Iluminista. Veja-se, por exemplo, a imaginária Praça Real de Berlim, concebida por Jean-Baptiste Broebes e divulgada internacionalmente através da gravura. Cf. ZIEGLER (2005), pp. 85 e 317.

³⁰ PEREIRA, António José, *Dialogos em que descreve o magnifico festejo com que se celebrou a faustissima [sic] inauguração da Estatua Equestre de ElRei Nosso Senhor. São interlocutores Hum Viajante, e hum Cortezão/ A scena he na Grande Praça do Commercio [...]*, Com licença da Real Mesa Censória, Lisboa [1775].

³¹ A descrição do *cortezão*, embora refira as *virtudes*, acrescenta-lhe outras figuras que não coincidem com as representações visuais, ficando em aberto a explicação para esta extensão temática sem excluirmos a possibilidade de se tratar de uma liberdade poética do autor do folheto.

³² A consistência demonstrada pela sucessiva repetição da solução do arco triunfal ornamentado com seis grandes estátuas das Virtudes, rematado por uma torre relógio, levou-nos a considerar a existência real deste conjunto. Continuamos a defender a ideia de que este projecto tenha sido o oficialmente aceite no período pombalino e que encontraria a sua expressão mais acabada na citada gravura de Gaspar Frois Machado. Outras hipóteses podem ser, porém, equacionadas como a apresentada por José de Cornide que relaciona a «perspectiva» da praça com a decoração criada para a cerimónia de aclamação de D. Maria I. Cf. CORNIDE, D. José de, *Estado de Portugal en el Año de 1800*, Madrid, *Real Academia de la Historia*, 3 vols., t. 2, 1893, pp. 17-18. A cronologia que propusemos para a execução do trabalho de Frois, entre 1783 e 1795, coincide já com o período mariano mas pode ter sido resultante de um desenho pombalino. Note-se, em todo o caso, não ser perceptível no soco da estátua equestre o busto em relevo de Pombal na totalidade das provas que pudemos observar em diversos estados. Procuramos, no conjunto de investigações actualmente em curso, esclarecer o ponto de partida desta visualização da praça e qual o itinerário justificativo da sua eventual transferência para outras obras, indagando se a imagem da praça corresponde a uma reprodução da estrutura efémera montada para a cerimónia da inauguração da estátua equestre e/ou ao projecto oficial aprovado, admitindo que a primeira teria seguido no essencial a segunda. O anónimo jesuíta que presenciou as cerimónias confirma a ideia de que a arquitectura efémera levantada para a inauguração corresponderia ao plano definitivo da praça: «Vio-se emfim aquella Praça [...] completa na figura, que se espera venha a ter». Cf. *A Inauguração da Estatua Equestre de El-Rei D. José I; Narração verídica feita por um jesuíta, testemunha ocular do acontecimento* (com pref. de Angelo Pereira). Lisboa, Editorial Labor, 1938, p.17.

³³ Transcrevemos a tradução da inscrição: «A (D) José I – augusto, pio, feliz Pai da Patria – porque tendo defendido as reaes prerrogativas, corrigido as leis – desenvolvido o Comercio, reconstituído a milicia e as boas artes – restaurou aformoseando-a, a Cidade completamente arrasada por um terramoto = Sob os auspícios do seu ministro, o Marquez de Pombal e por administração da Junta do Comércio, o senado e povo de Lisboa, lembrado de (taes) beneficios no ano de 1775, erigiu (este monumento).» Cf. COSTA, Fernandes, «Erros Inadmissíveis num Aditamento Moderno feito á Inscricção do Monumento a D. José na Praça do Comércio, de Lisboa», separata do *Boletim da Classe de Letras da Academia das Sciencias de Lisboa*, vol. XIV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, p. 4.

³⁴ Cf. FARIA, Miguel Figueira de, (2007), pp. 463-464.

³⁵ Sobre a ideia da *contraprogramação* às praças reais à francesa na Europa e em Portugal veja-se, respectivamente, Cf. ZIEGLER (2005), p. 83; FARIA, Miguel Figueira de, (2007), p. 460.

³⁶ Em aviso de 21 de Novembro de 1768 determinava-se que os citados serviços começariam a funcionar na Praça do Comércio a 1 de Janeiro de 1769. Cf. JUSTINO, David, *História da Bolsa de Lisboa*, Lisboa, BVL, 1994, pp. 60-61.

³⁷ *Assembleia dos Mercadores a horas de Praça*, ou bolsa que passaria «a funcionar no torreão do lado nascente da Praça do Comércio». JUSTINO, David, *op. cit.*, p. 60.

³⁸ «[...] e que finalizados que sejam com o inteiro pagamento da sua despeza, se sirva V. Mag.de, uzando da sua Real, e inata piedade, mandar aliviar nesta parte os Povos, e Commercio do referido encargo». Cf. IAN/TT, Junta do Comércio, Lv. 104 (1755-1757), fl. 2-3v.

³⁹ A tradição de que as obras da Praça do Comércio pombalina teriam sido financiadas pela classe comercial da cidade sofreram o mesmo fenómeno de generalização que se havia verificado no citado deslizar semântico da toponímia. O processo de financiamento, cujo levantamento se encontra em curso, seria mais complexo, envolvendo outras entidades públicas e privadas.

⁴⁰ Criada por alvará de 24 de Dezembro de 1768.

⁴¹ AIN/CM, documentos avulsos, caixa 1 (1768-1800). Decreto que estabelece a loja da Impressão Régia na Praça do Comércio.

⁴² Cf. ALEXANDRE, Maria Isabel Vieira Martins, *Inventário dos Livreiros e Mercadores de Livros de Lisboa, no séc. XVIII citados na Gazeta de Lisboa*, Lisboa, 1985, exemplar policopiado existente na Biblioteca Nacional.

⁴³ Veja-se, a propósito, MACEDO, Luís Pastor de; ARAÚJO, Norberto, *Casas da Câmara de Lisboa*, Lisboa, CML, 1951, pp. 109 e seguintes.

⁴⁴ IAN/TT, Junta do Comércio, Lv. 116 (1774-1775), fl. 154, «Relação do que se tem ordenado ao Architecto Geral das Obras Públicas», 20 de Março de 1775.

⁴⁵ IAN/TT, Junta do Comércio, mç. 68, cx. 218.

⁴⁶ Sobre esta matéria, veja-se MENDONÇA, Isabel Mayer Godinho, «Ferros decorativos da Praça do Comércio. Um desenho inédito de Carlos Mardel» in *Monumentos*, n.º 21, Lisboa, DGEMN, 2004, pp. 196-197, com reprodução do desenho da referida grade, desenhada em 1760 e executada em 1761.

⁴⁷ Veja-se a respectiva transcrição em DOMINGOS, Manuela D., «A caminho da Real Biblioteca Pública: dois documentos, 1775-1795», in *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S. 2, 5 (1), 1990, pp. 153-156.

⁴⁸ Veja-se igualmente, sobre o período inicial de instalação da biblioteca na Praça do Comércio, o trabalho da mesma autora, «Para a História da Biblioteca da Real Mesa Censória» in *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, S. 2, 7 (1), 1992, pp. 137-158.

⁴⁹ No fundo do Erário Régio, entre 1780 e 1781, arquivam-se as despesas relativas à *armação e ornato* das casas adaptadas para o novo Paço, entre as quais constam «Moveis, e Armaçoens q.^e forão p.^a ornato dos Quartos do Real Palacio de Lisboa», ou «diversas fazendas de seda», compradas propositadamente na Casa da Índia. AHTC, Erário Régio, (1780-1781), livros 4276 e 4277.

⁵⁰ Cf. *Supplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 34, 25 de Agosto de 1780.

⁵¹ Veja-se, por exemplo, a notícia da *Gazeta de Lisboa*, n.º 28, de 11 de Julho de 1786. A 14 de Junho de 1785 seria do «Palácio da Praça do Commercio» que a família real assistiria a «hum magnifico fogo de artifício», descrito em pormenor no periódico. Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 24, de 14 de Junho de 1785.

⁵² Cf. *Supplemento à Gazeta de Lisboa*, n.º 31, 6 de Agosto de 1784.

⁵³ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 50, 11 de Dezembro de 1787: «S. M. e AA. No dia 6 do corrente se restituirão do Palacio do Terreiro do Paço ao de N. Senhora da Ajuda».

⁵⁴ O periódico noticia a passagem do aniversário do príncipe herdeiro, tendo então concorrido «ao Palácio do Terreiro do Paço toda a Corte e Corpo Diplomático», acrescentando que «nessa noite houve, pelo mesmo plausível motivo, huma bella Serenata na parte do Palacio que faz frente ao Pelourinho». Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 35, de 26 de Agosto de 1788. Esta citação permite-nos localizar parte da zona ocupada fronteira ao largo do pelourinho, sendo de admitir que a área ocupada rasgasse toda a ala até à Praça Real.

⁵⁵ CARVALHO, Ayres de, *Os Três Arquitectos da Ajuda*, Lisboa, 1979, p. 123.

⁵⁶ Cf. IAN/TT, Junta do Comércio, lv. 118, fl. 19v.

⁵⁷ O architecto Costa e Silva, chamado a pronunciar-se, em 1802, sobre o estado das obras da Praça do Comércio pelo Príncipe Regente, considera insustentável, tendo em conta «o tamanho das salas, e a grossura das paredes», o remate dos torreões em «zimborio de pedra», aconselhando que deviam ser «cubertos de madeira, e esta cuberta de chumbo ou cobre, ou de qualquer materia impenetrável á agua».

⁵⁸ Cf. AHTC, Erário Régio, lv. n.º 831, fl. 79.

⁵⁹ IAN/TT, Intendência das Obras Publicas, lv. 1 (1769-1794), fl. 86v-87.

⁶⁰ IAN/TT, Idem, lv. 2 (1794-1808), fl. 29-29v.

⁶¹ IAN/TT, Idem, lv. 2 (1794-1808), fl. 100v.

⁶² A informação de Costa e Silva coincide no essencial com a notícia supracitada de D. José de Cornide.

⁶³ «O torreão, e a parte da arcada do lado occidental está por acabar, e a parte completa está occupada na primeira galaria pela Meza do Desembargo do paço, Casa da Suplicação, &c. e na segunda pela Real Bibliotheca Pública. A arcada, e as duas galarias deste lado [oriental] servem de Alfandega, Casa da India, e Consulado. [...] As galarias do lado do Norte acabadas achão-se occupadas pela Real Junta do Commercio, Senado da Camara de Lisboa, e outros Tribunaes.» Cf. *Jornal de Bellas Artes ou Mnemosine Lusitana*, n.º 1, Lisboa, Na Impressão Régia, 1816, p. 28.

⁶⁴ Cf. *Documentos para a História da Arte em Portugal*, n.º 10, Lisboa, FCG, 1972, docs. 115-120, pp. 134-137. Note-se que na mesma compilação documental (n.º 15, doc. 200, p.115) ainda se apresentam despesas relacionadas com a obra datadas de Agosto de 1829, referentes ao corte de pinheiros destinados aos andaimes das obras do torreão do Terreiro do Paço, que tanto se podem referir a obras de conservação, como, ainda, à construção.

⁶⁵ Ordem dirigida ao Mestre Patrício da Silva com data de 21 de Janeiro de 1770. Cf. IAN/TT, Intendência das Obras Publicas, lv. 1 (1769-1794), fl. 9v.

⁶⁶ Cf. IAN/TT, Intendência das Obras Publicas, lv.1 (1769-1794), fl. 116-116v.

⁶⁷ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 24, de 6 de Dezembro de 1782.

⁶⁸ Cf. *Gazeta de Lisboa*, n.º 24, de 5 de Novembro de 1784.

⁶⁹ Cf. ARAÚJO, Agostinho, «Jean Pillement: plenipotenciário da arte francesa junto de várias cortes da Europa», in *Jean Pillement e o paisagismo em Portugal no século XVIII*, Lisboa, FRESS, 1997, p. 59.

⁷⁰ Cf. BECKFORD, William, *A Corte da Rainha D. Maria I*, Lisboa, 1901, apud, MACEDO, Luís Pastor de; ARAÚJO, Norberto *op. cit.*, p. 120.

⁷¹ Cf. L'Evêque, *Portuguese Costumes*, n.º 1, «Audience du Prince».

⁷² ATC/ Décima, Freguesia de S. Julião, Lv. 573 M (1762-1763), fl. 52v.

⁷³ Cf. OLIVEIRA, Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo XIII, Lisboa, Typographia Universal, 1904, p. 236.

⁷⁴ Veja-se, por exemplo, o processo relativo à petição de Domingos José de Campos Magro que, nas vésperas do Terramoto, pedia um lugar no Terreiro do Paço para vender hortaliça. Cf. OLIVEIRA, Freire de, *op. cit.*, tomo XVI, Lisboa, Typographia Universal, 1908, pp. 95-97.

⁷⁵ IAN/TT, Intendência das Obras Públicas, Lv. 1 (1769-1794), fl. 74, decreto de 6 de Julho de 1775.

⁷⁶ Cf. SANTANA, Francisco, *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa*, vol. I, (1755-1804), Lisboa, CML, s.d., pp. 542-544.

⁷⁷ Cf. MATA, Matusio Matoso Matos da, *Os Banhos de Mar na Junqueira e sitio de Santa Apolonia*, Lisboa, Na Officina de Joaquim Florencio Gonçalves, 1802, p. 7.

⁷⁸ Cf. BECKFORD, William, *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha*, Lisboa, Biblioteca Nacional. 1988, p. 73 (apontamento relativo ao dia 5 de Agosto de 1787).

⁷⁹ *Conversações e Succesos Observados em o Frequentado Pasceio da Praça do Comercio*, Lisboa, Na Officina de Jozé de Aquino de Bulhoens, 1785.

⁸⁰ Principal qualidade do conjunto apontada por José-Augusto França. Cf. FRANÇA, José-Augusto, *op. cit.*, p. 121.

⁸¹ Cf. RABREAU, D., *op. cit.*, p. 37.

⁸² Cf. MACHADO, Cyrillo Volkmar, *Collecção de Memorias relativas ás vidas dos Pintores e Escultores, Architetos, e Grava-dores [...]*, Lisboa, Na Imp. de Victorino Rodrigues da Silva, 1823, p. 192.

⁸³ Cf. CARVALHO, Ayres de, *op. cit.*, p. 123.

⁸⁴ BECKFORD, William, *op. cit.* p. 73 (apontamento relativo ao dia 27 de Junho de 1787).

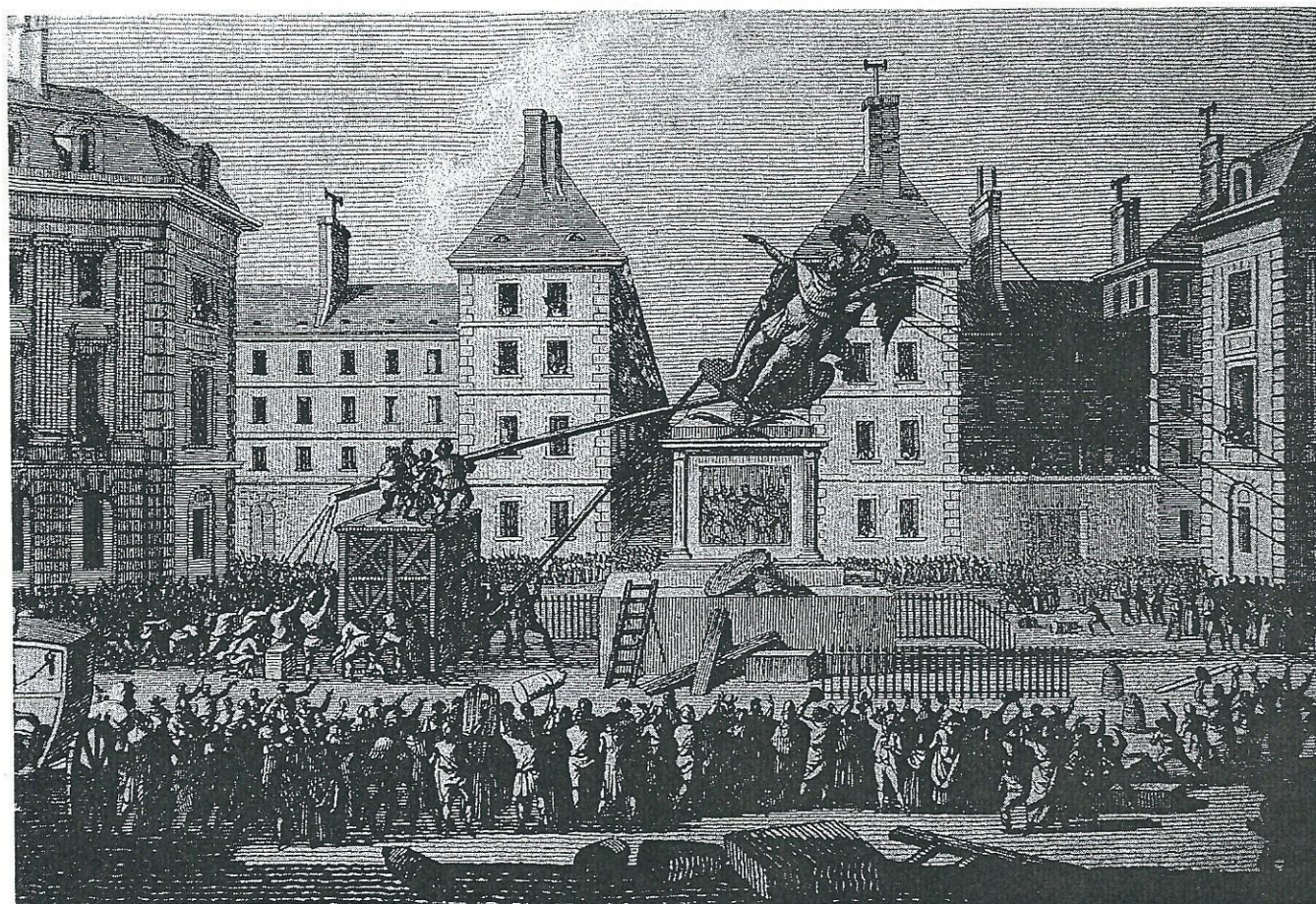


Fig. 1 – Pierre-Gabriel Berthault (1748-1819), *Statue de Louis XIV Abatue, Place des Victoires / les 11.12.13. Aoust 1792*, gravura a talhe doce, colecção particular

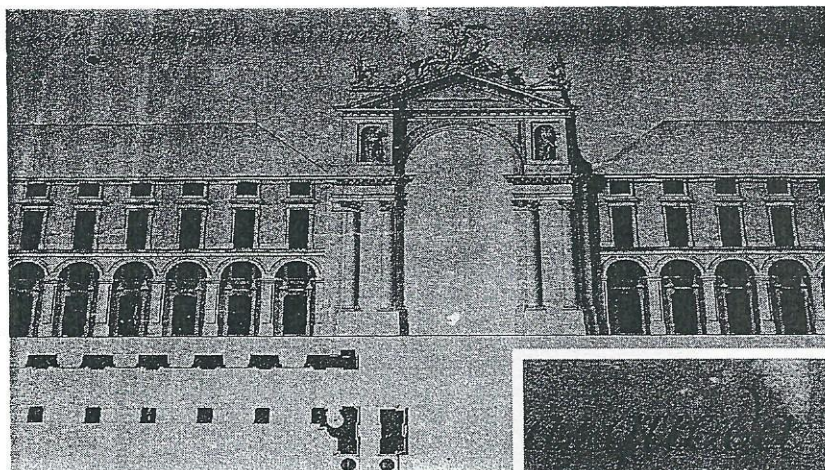


Fig. 2 – Eugénio dos Santos, *Aspecto da Frontaria da Praça do Comércio que faz frente ao Rio e compreheende 3 ruas que da parte do Rocio vem todas desembocar na refferida praça do Comércio*, (detalhe), desenho a nanquim à pena com aguada, ant. a 1760, Academia Nacional de Belas Artes.



Fig. 2a – Mercúrio e Hércules, detalhe da figura 2.

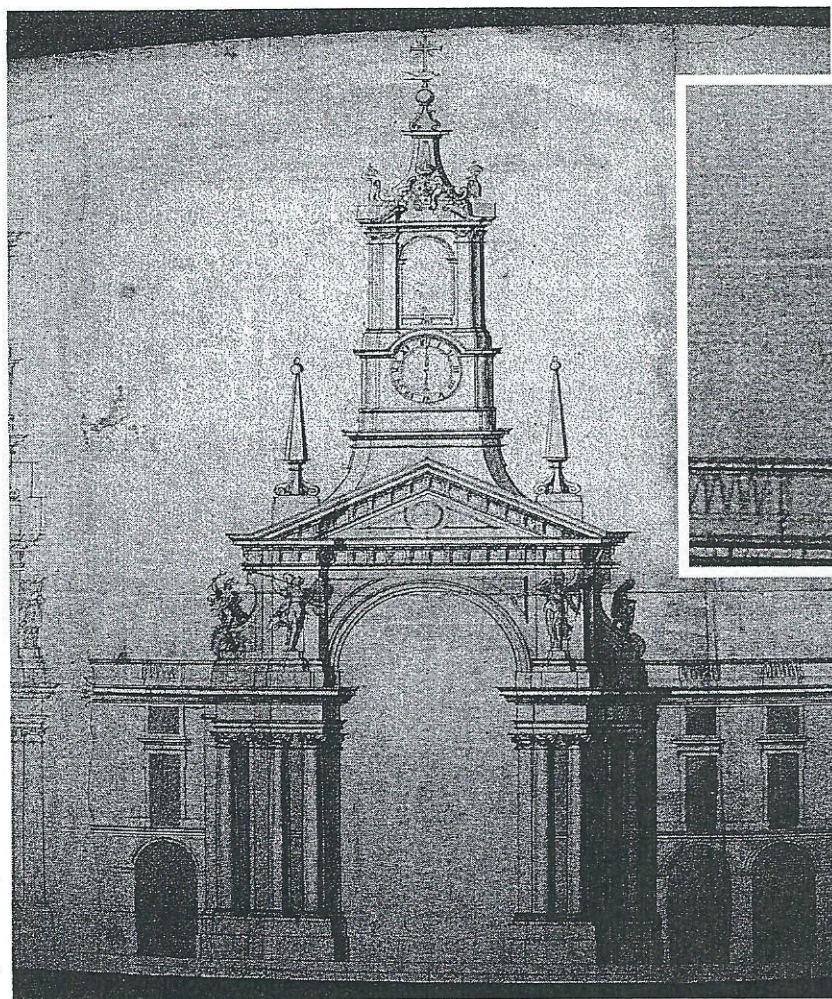


Fig. 3 – Carlos Mardel? *Arco do meyo da Praça do Comércio*, estudo a lápis e tinta-da-china, último quartel do séc. XVIII, Museu da Cidade.

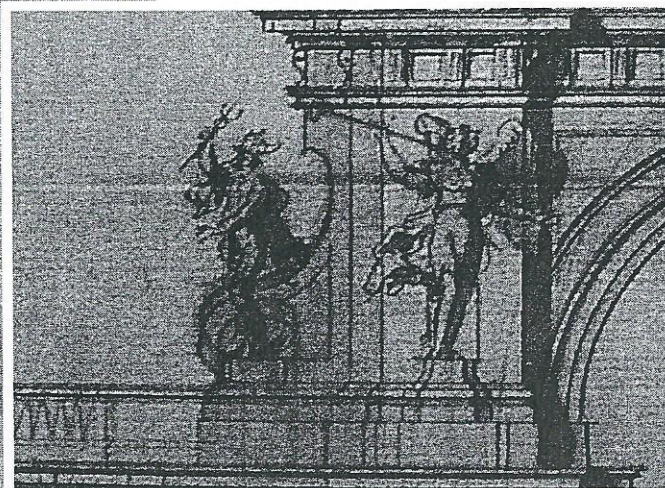


Fig. 3a – *Fama e Mercúrio*, detalhe da figura 3.



Fig. 4 – Carlos Mardel?, *Projecto para o Arco do Triunfo da Praça do Comércio*, desenho, último quartel do séc. XVIII, Academia Nacional de Belas Artes.



Fig. 5 – Gaspar Frois Machado, gravura a buril e água-forte colorida a aguarela, último quartel do séc. XVIII, Museu da Cidade

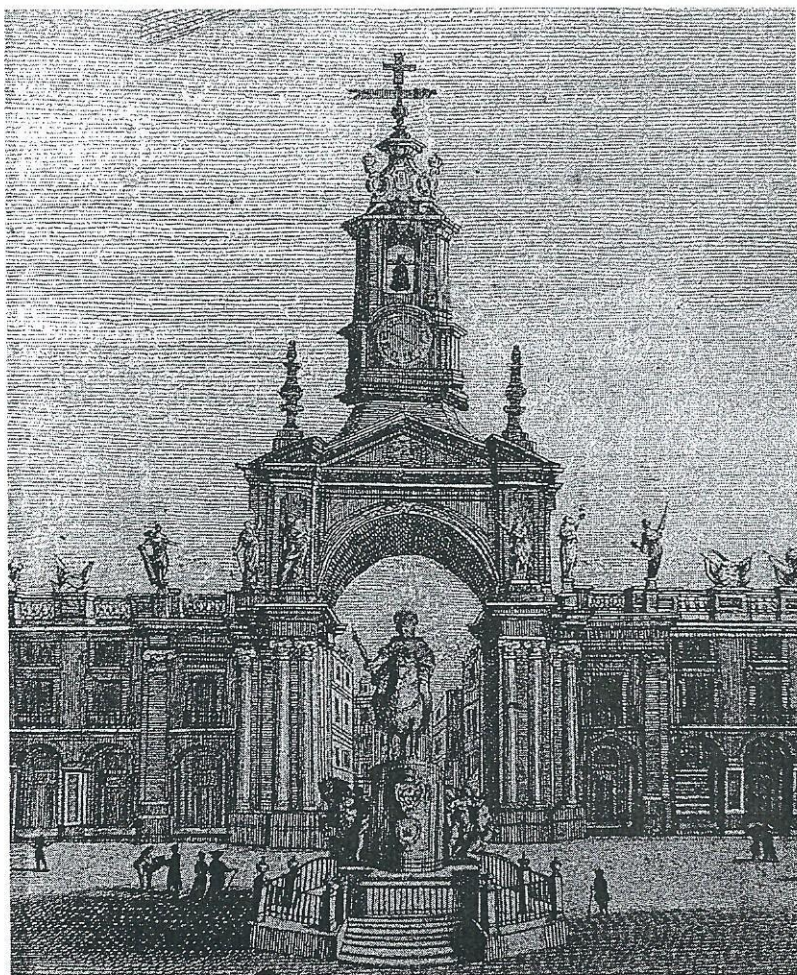


Fig. 5a – Detalhe da figura 5.

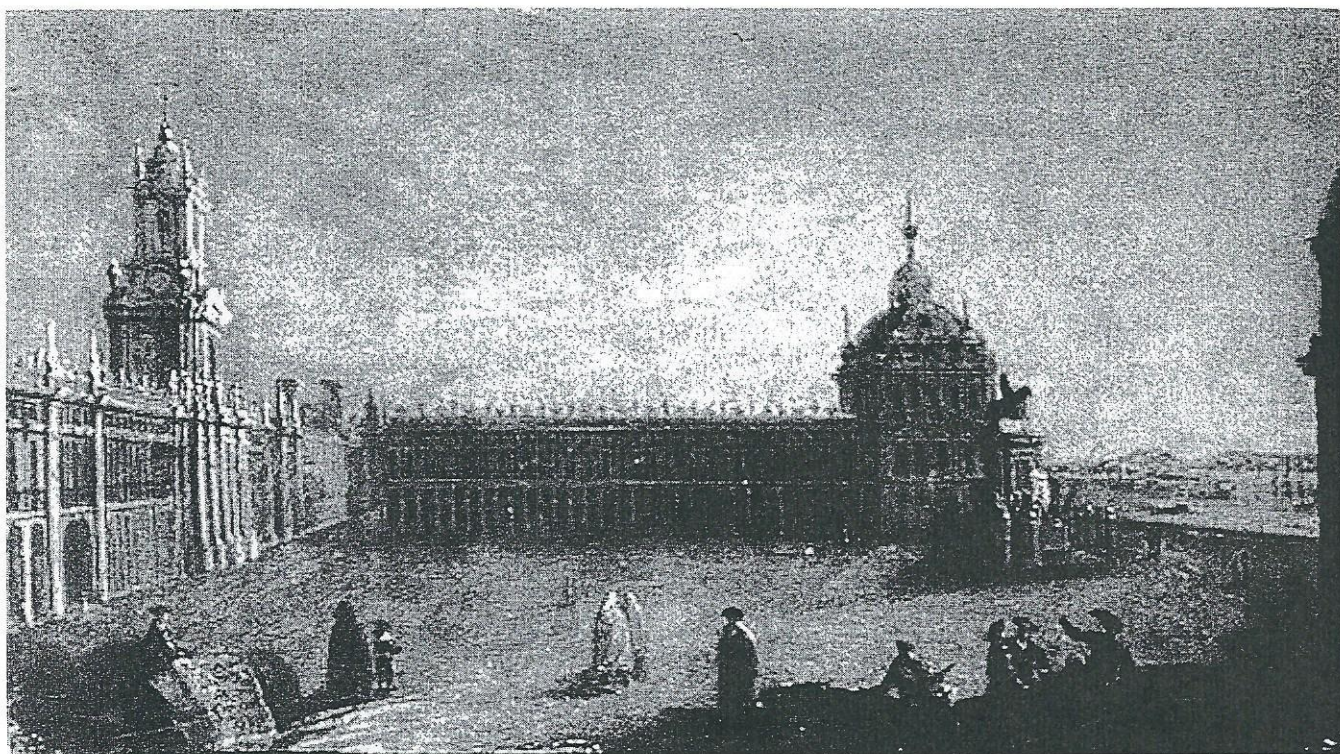


Fig. 6 – José Caetano Ciríaco, óleo sobre tela, último quartel do séc. XVIII, Museu da Cidade

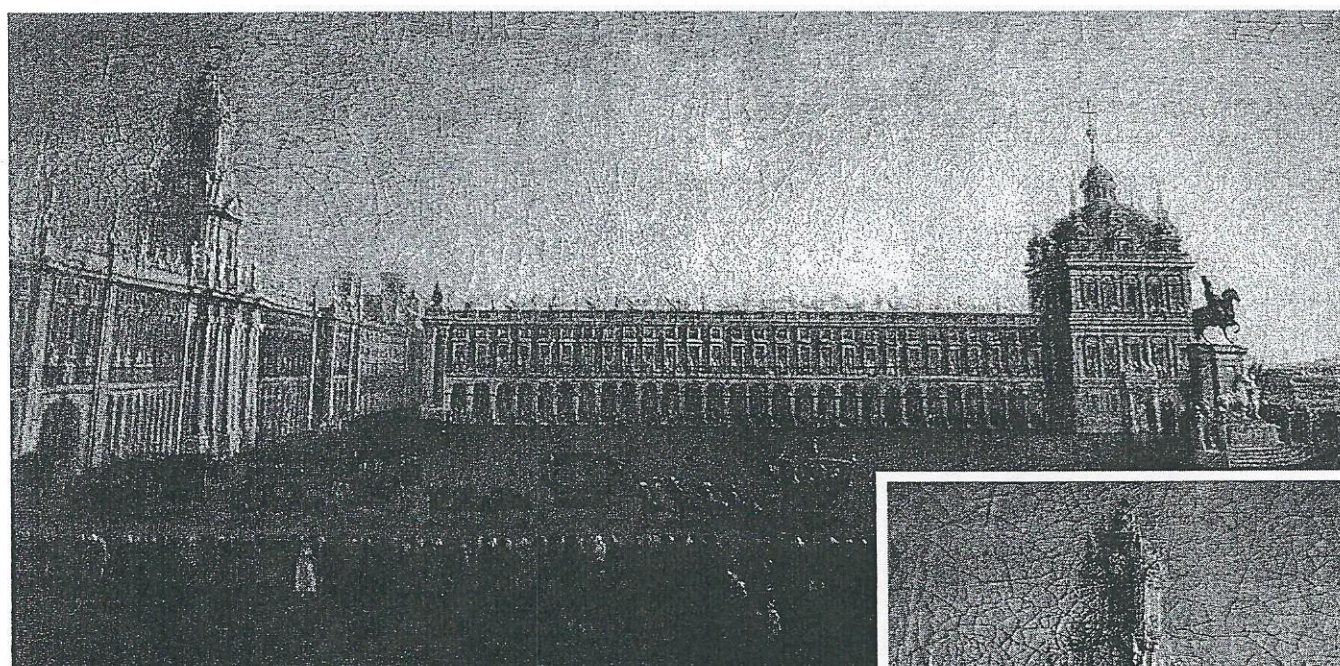


Fig. 7 – José Caetano Ciríaco, óleo sobre tela, 1794, Museu Nacional dos Coches.

Fig. 7a – Pormenor da ala norte da Praça do Comércio, detalhe da figura 7.



Fig. 8 – Henry L'Évêque – *Vue de la Place du Commerce à Lisbonne*, Museu da Cidade

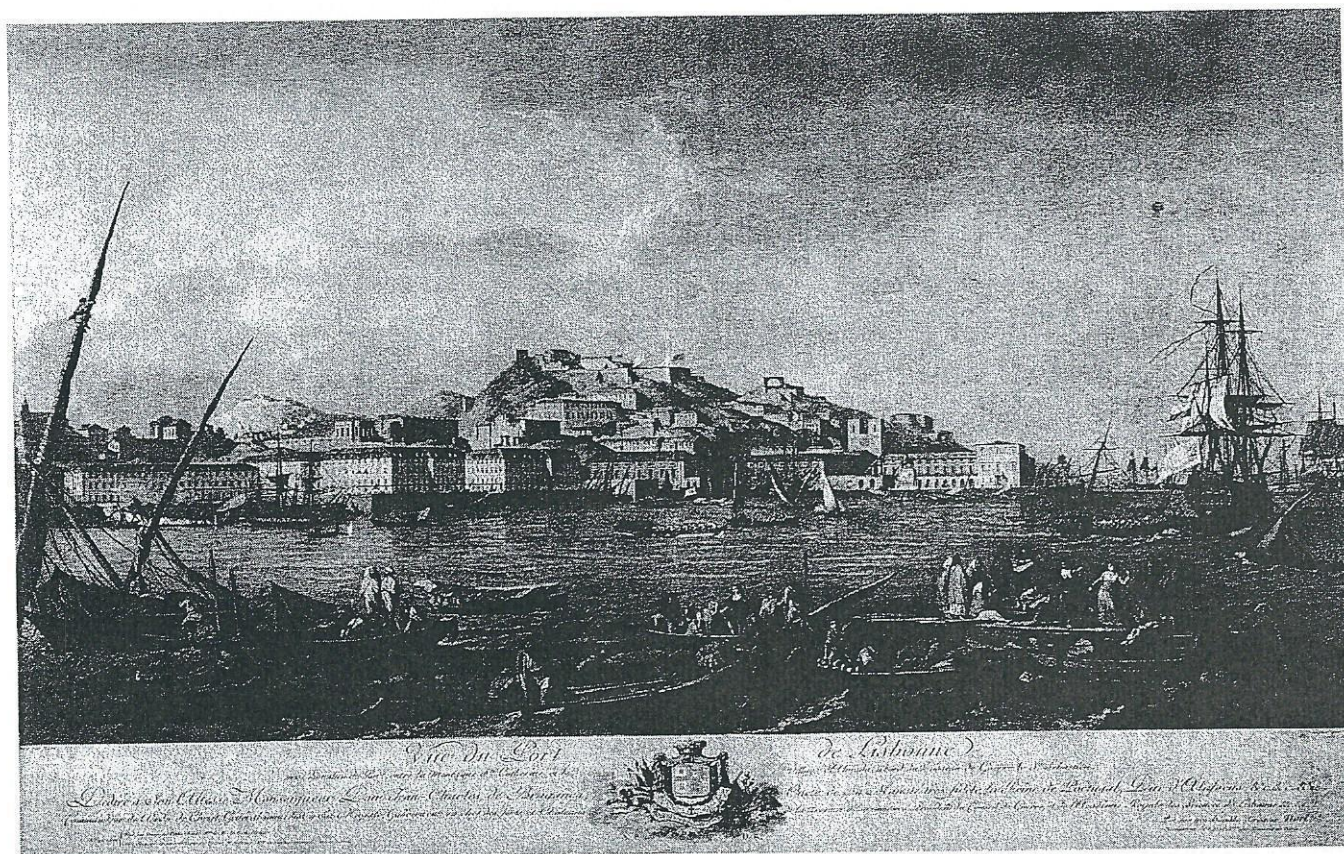


Fig. 9 – J. Wells – *Vue du Port de Lisbonne*, gravura a água tinta sobre desenho de Alexandre Jean Noël, 1792, Museu da Cidade

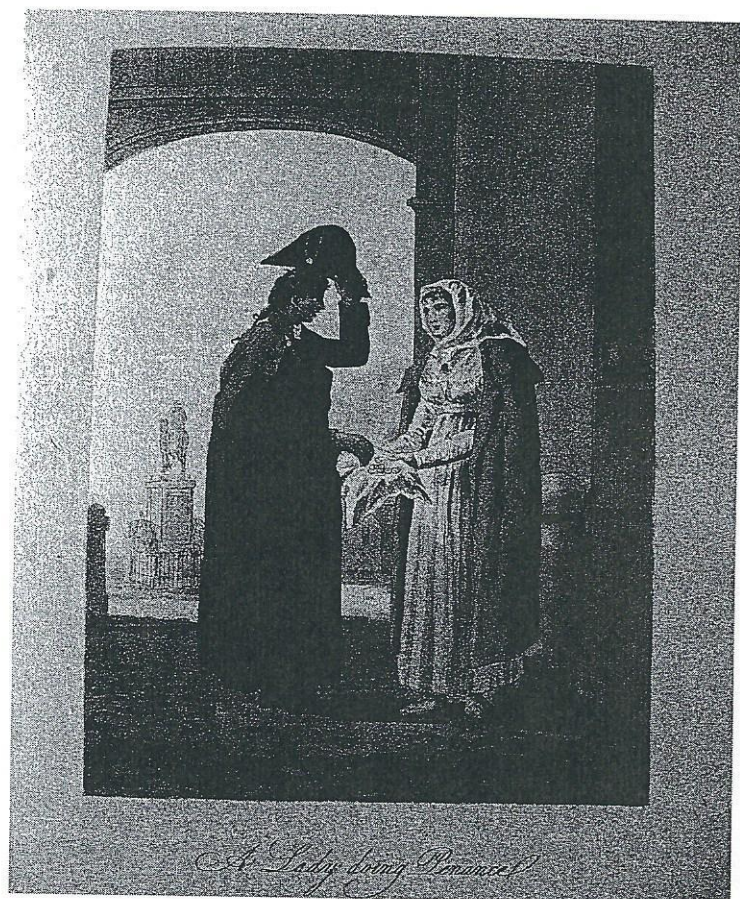


Fig. 10 – Henry L'Évêque – *La Pénitente* (Portuguese Costumes), gravura a água tinta, primeiro quartel século XIX.

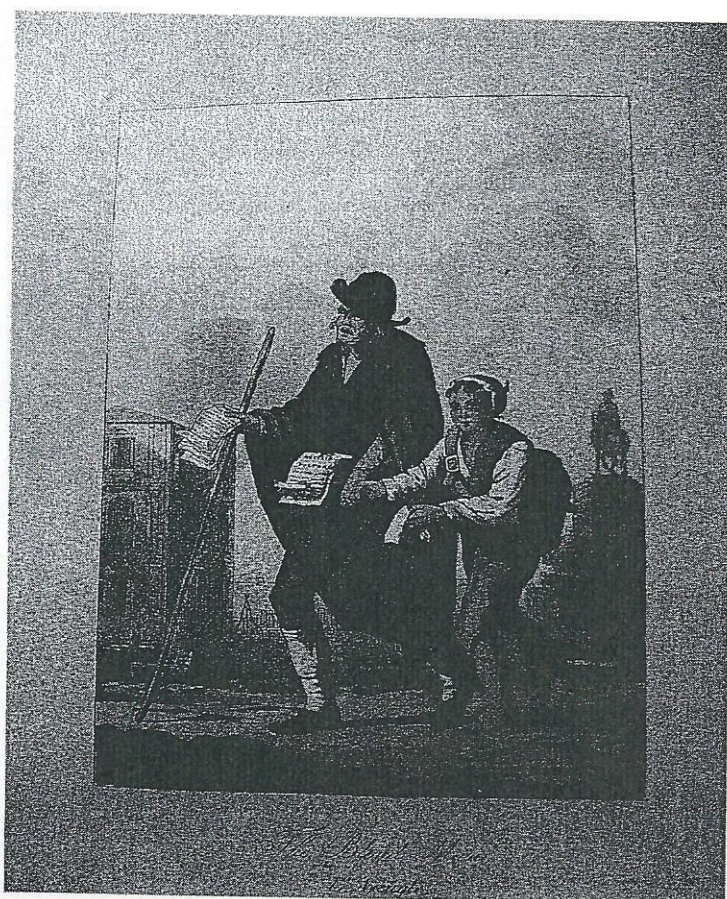


Fig. 11 – Henry L'Évêque – *L'Aveugle* (Portuguese Costumes), gravura a água tinta, primeiro quartel século XIX.

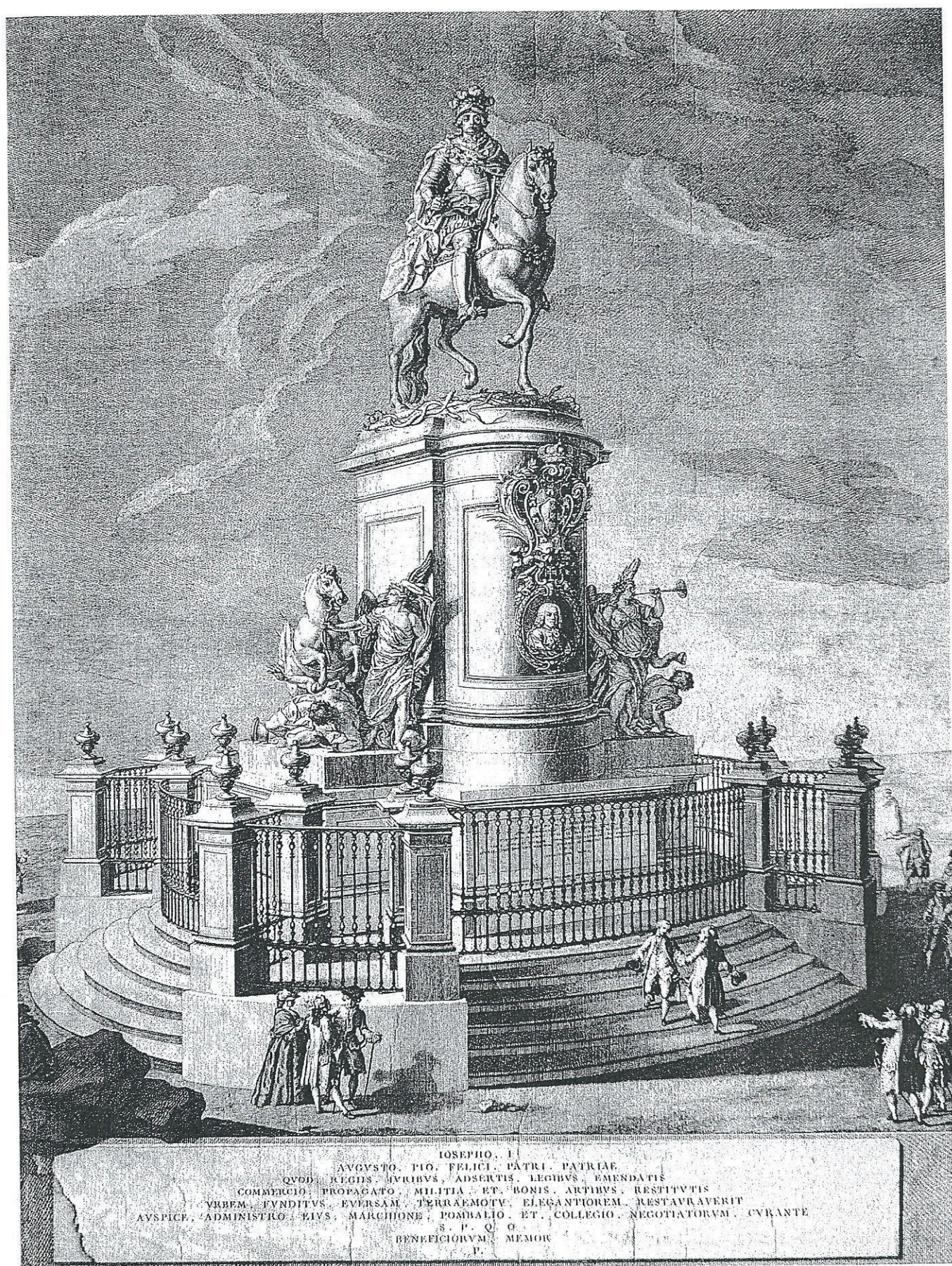


Fig. 12 – Joaquim Carneiro da Silva, gravura a buril e água-forte, 1774, Museu da Cidade



O presente volume corresponde ao crescente interesse que as praças reais vêm registando como elemento cultural de primeira ordem na história do urbanismo e do património europeus. O colóquio *Praças Reais: Passado, Presente e Futuro*, estruturou-se em dois blocos autónomos. O primeiro destinado à análise do modelo da praça real, onde se procurou fixar a respectiva tipologia a par do impacto da sua difusão internacional. No segundo fez-se uma reflexão sobre a situação actual das praças reais, projectando cenários sobre a vocação futura destes espaços. Procurámos associar os interessados no passado das praças reais, a par dos envolvidos na respectiva leitura dinâmica do presente, tendo em vista a conservação e reabilitação vocacional, que estes espaços naturalmente equacionam, ao serem perspectivados olhando o futuro. Historiadores, Arquitectos, incluindo os paisagistas, Geógrafos e Urbanistas debateram durante três dias os temas eleitos contribuindo com as suas competências para uma consistente visão pluridisciplinar. Procurou a Comissão Organizadora reunir no presente volume os estudos apresentados, que, estamos certos, no seu conjunto e dado o grau de excelência dos seus autores, constituirá uma importante ferramenta de trabalho para todos os interessados na matéria.

Com o apoio de